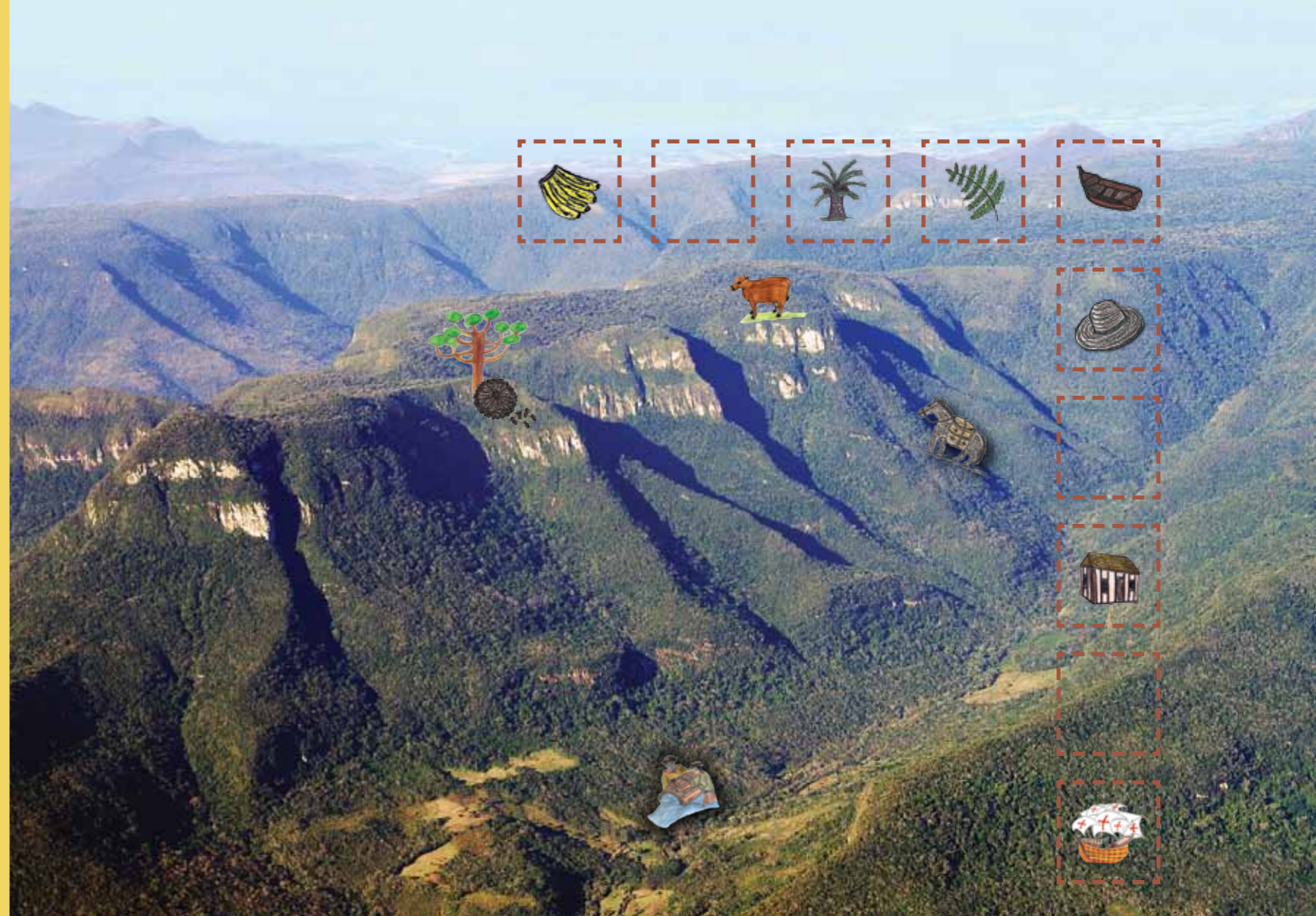




ISBN 978-85-61941-03-1



Patrimônio Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí - Guia Etnoecológico



# Patrimônio Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí

Gabriela Coelho-de-Souza, Loyvana Carolina Perucchi, Rumi Regina Kubo (Eds.)



Realização:



Apoio:

Patrocínio:







# PATRIMÔNIO SOCIOAMBIENTAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TRAMANDAÍ

Gabriela Coelho-de-Souza  
Loyvana Carolina Perucchi  
Rumi Regina Kubo  
Eds.

Série Difusão IEPE/UFRGS

Ed. Via Sapiens, Porto Alegre, 2013

ANAMA  
Projeto Taramandahy  
Patrocínio Petrobras, Programa Petrobras Ambiental

© Série Difusão do IEPE/UFRGS

A Série Difusão do IEPE tem como objetivo publicar obras resultantes de ações e projetos de extensão e de cooperação, de caráter multidisciplinar, pautadas no desenvolvimento rural sustentável, para um público amplo. Esta série é um desdobramento da Série Estudos e Pesquisas do IEPE que abriga produções técnicas e culturais, relatos de experiências e ações de cooperação produzidas no âmbito de Instituições de Ensino Superior.

## **IEPE – Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas/UFRGS**

**Diretor** – Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto

**Vice-Diretor** – Leonardo Xavier da Silva



Série Difusão do IEPE

### **Conselho Editorial**

Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto

Leonardo Xavier da Silva

Lovois de Andrade Miguel

### **DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**

Patrimônio socioambiental da bacia hidrográfica do Rio Tramandaí / André Benites ... [et al.] ; Gabriela Coelho-de-Souza, Loyvana Carolina Perucchi, Rumi Regina Kubo, editoras; . – Porto Alegre : Via Sapiens, 2013

91 p. : il. color. . (Série Difusão do IEPE)

ISBN 978-85-61941-03-1

1. Patrimônio cultural. 2. Etnoecologia. 3. Ecologia humana. 4. Recursos hídricos. 5. Tramandaí, Rio, Bacia do (RS). I. Benites, André. II. Coelho-de-Souza, Gabriela. III. Perucchi, Loyvana Carolina. IV. Kubo, Rumi Regina. V. VII. Título. VIII. Série.

CDU 502.11

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS



## **Realização**

*ONG Ação Nascente Maquiné - ANAMA*

IEPE – Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas

Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica/DESMA

Curso de Planejamento e Gestão em Desenvolvimento Rural/PLAGEDER

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## **Patrocínio**

PETROBRAS, através do PROGRAMA PETROBRAS AMBIENTAL

## **Projeto Taramandahy: Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Tramandaí (2011–2013)**

### **Coordenação Geral do Projeto**

Dilton de Castro

### **Coordenação Técnica**

Ricardo Silva Pereira Mello

### **Coordenação Administrativa**

Natavie De Cesaro Kaemmerer

**Concepção**

Gabriela Coelho-de-Souza  
Ricardo Silva Pereira Mello

**Editores**

Gabriela Coelho-de-Souza  
Loyvana Carolina Perucchi  
Rumi Regina Kubo

**Autores**

André Benites  
Bianca Espíndola de Abrão  
Camila Vieira-da-Silva  
Daniela Garcez Wives  
Everson Elenilton Fleck  
Fabiana Thomé da Cruz  
Gabriela Coelho-de-Souza  
Guilherme Fuhr  
Ieda Cristina Alves Ramos  
Joana Braun Bassi  
Loyvana Carolina Perucchi  
Luciana Conceição Lemos da Silveira  
Paulo Roberto Marques de Fernandes  
Rafaela Biehl Printes  
Rumi Regina Kubo

**Fotos**

Andres Martin Flores  
Camila Vieira-da-Silva  
Dilton de Castro  
Everson Elenilton Fleck  
Fabiana Thomé da Cruz  
Gabriela Coelho-de-Souza  
Joana Braun Bassi  
Loyvana Carolina Perucchi  
Paulo Denilto  
Projeto Medidas Compensatórias – DNIT/UFRGS  
Rafaela Biehl Printes  
Rumi Regina Kubo  
Udo Adolf

**Fotos Capa, Contra-capas e Guarda**

Dilton de Castro

**Ilustrações**

Camila Padilha  
Patrícia Lima de Lima

**Revisão Gramatical**

Gabriela Cury

**Revisão Geral**

Dilton de Castro

**Revisão Técnica**

Ricardo Silva Pereira Mello

**Projeto Gráfico**

Samuel Guedes/STA Studio



## SOBRE OS AUTORES

### **Alana Casagrande**

Bióloga, Mestre em Desenvolvimento Rural, PGDR/UFRGS; pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica, DESMA/UFRGS

### **André Benites**

Guarani da aldeia Som dos Pássaros, Linha Solidão, Maqui-né; Bolsista no projeto Agrobiodiversidade e Cultura Mbyá Guarani: condições de produção, modos de transmissão e fortalecimento da segurança alimentar e nutricional em comunidades no Litoral Norte, RS/DESMA/CNPq

### **Bianca Espíndola de Abrão**

Bióloga; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, PGDR/UFRGS

### **Camila Vieira-da-Silva**

Eng. Agrônoma Mestre em Recursos Genéticos Vegetais; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, PGDR/UFRGS; Pesquisadora associada ao Núcleo de Pesquisa em Florestas Tropicais NPFT/UFSC e DESMA/UFRGS

### **Daniela Garcez Wives**

Geógrafa; Mestre em Desenvolvimento Rural, PGDR/UFRGS; Doutoranda Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural em Desenvolvimento Rural, PGDR/UFRGS

### **Everson Elenilton Fleck**

Tecnólogo em Planejamento e Gestão em Desenvolvimento Rural, PLAGEDER/UFRGS; Agente Administrativo/APA ROTA DO SOL, SEMA/RS, São Francisco de Paula

### **Fabiana Thomé da Cruz**

Engenheira de Alimentos; Doutora em Desenvolvimento Rural; Pesquisadora Associada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, PGDR/UFRGS

### **Gabriela Coelho-de-Souza**

Professora do Depto. de Economia e Relações Internacionais; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento

Rural, PGDR/UFRGS; DESMA/UFRGS; Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional, NESAN/UFRGS

### **Guilherme Fuhr**

Biólogo; Mestre em Desenvolvimento Rural, PGDR/UFRGS; Pesquisador associado ao DESMA/UFRGS

### **Ieda Cristina Alves Ramos**

Cientista Social. Mestre e Doutoranda em Desenvolvimento Rural, PGDR/UFRGS; Pesquisadora associada ao Laboratório de Arqueologia e Etnologia, LAE/UFRGS

### **Joana Braun Bassi**

Bióloga. Mestre em Desenvolvimento Rural, PGDR/UFRGS; Pesquisadora associada ao DESMA/UFRGS; Bióloga da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul

### **Loyvana Carolina Perucchi**

Bióloga; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, PGDR/UFRGS; Pesquisadora associada ao DESMA/UFRGS

### **Luciana Conceição Lemos da Silveira**

Socióloga; Mestre e Doutoranda em Desenvolvimento Rural, PGDR/UFRGS; Pesquisadora associada ao Laboratório de Arqueologia e Etnologia, LAE/UFRGS e ao DESMA/UFRGS

### **Paulo Roberto Marques de Fernandes**

Tecnólogo em Desenvolvimento Rural, PLAGEDER/UFRGS; Instituto de Estudos Culturais e Ambientais, IECAM

### **Rafaela Biehl Printes**

Geógrafa; Mestre em Desenvolvimento Rural, PGDR/UFRGS; Pesquisadora associada ao DESMA/UFRGS

### **Rumi Regina Kubo**

Professora do Depto. de Economia e Relações Internacionais; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural; DESMA/UFRGS; NESAN/UFRGS; Núcleo de Antropologia Visual, NAVISUAL/UFRGS



Realização:




# ONG ANAMA E O PROJETO TARAMANDAHY

A organização não governamental Ação Nascente Maquiné –ANAMA – atua na Região Nordeste do RS desde 1997, com sede no município de Maquiné, com a missão de promover estratégias de desenvolvimento socioambiental saudável no bioma Mata Atlântica, tendo como princípio o cuidado com o planeta.

A co-responsabilidade na busca de soluções socioambientais é um aspecto central da atuação da ANAMA. Nesta perspectiva, acreditamos que estamos contribuindo com a consolidação da democracia no Brasil, que tem se dado com o aumento da efetiva participação dos cidadãos em diversas ações e fóruns coletivos (como a Rede de Educação Ambiental e a Rede Juçara). A gestão dos recursos naturais e os conflitos socioambientais encontram nos colegiados formados pela sociedade civil e governo os fóruns legítimos de diálogo e tomadas de decisão, como os Comitês de Bacia Hidrográfica e Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente.

Além destes, a ANAMA participa do sistema de gestão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), em Conselhos de Unidades de Conservação da região nordeste do Estado do RS, representa as ONG's no Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Devido ao seu trabalho multidisciplinar, articulado com diferentes atores sociais, a ANAMA, em 2007, foi nacionalmente reconhecida pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica com o Prêmio Muriqui.





Desde 2009, gerencia o Posto Avançado Maquiné da RBMA, em parceria com o Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Sul (FEPAGRO) e Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA/RS).

Dentre as ações da ANAMA, a gestão dos recursos hídricos é uma das prioridades do Projeto Taramandahy (2011–2012). Este projeto é patrocinado pela Petrobras, através do Programa Petrobras Ambiental, tendo o objetivo de contribuir para a qualificação da gestão integrada dos recursos hídricos na BH do Rio Tramandaí, através de ações diretas para o controle de erosão; monitoramento da qualidade da água; fortalecimento do Comitê de Gerenciamento e da Rede de Educação Ambiental; divulgação e fortalecimento do Comitê de Gerenciamento da Bacia; ações práticas de uso sustentável e apoio e valorização aos pescadores artesanais.

Este projeto conta com as parcerias: comunidade local, Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Tramandaí – CGBHT, Fundação Estadual de Pesquisas Agropecuárias – FEPAGRO, Prefeitura Municipal de Maquiné; Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maquiné, UFRGS – Centro de Estudos Costeiro, Limnológico e Marinho/Ceclimar, Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica/DESMA e Programa de Pós-Graduação em Geografia; Associação dos Municípios do Litoral Norte – AMLINORTE; Reserva Biológica da Serra Geral/SEMA; 11ª Coordenadoria Regional de Educação – Osório e Jamboó – Agência de Viagem e Turismo.

# DESMA - NÚCLEO DE ESTUDOS EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E MATA ATLÂNTICA



O Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) existe desde 2004. O DESMA é um grupo de pesquisas vinculado à universidade (UFRGS) que se propõe a pesquisar e atuar junto às instituições e comunidades tradicionais que vivem na Mata Atlântica, um lugar privilegiado por ainda apresentar remanescentes de mata bastante expressiva.

O objetivo do grupo é consolidar a Etnoecologia na UFRGS e no Estado do Rio Grande do Sul, entendendo que a Etnoecologia é uma parte da ciência que estabelece um diálogo com o conhecimento tradicional. E, tanto o conhecimento científico, tradicional, técnico e legal são necessários para estabelecermos propostas de desenvolvimento rural em áreas de Mata Atlântica no RS.

O DESMA desenvolve trabalhos em parceria com os agricultores, samambaieiros, artesãos, pescadores artesanais, povo Mbyá-guarani, quilombolas e também com as instituições que trabalham em parceria com estes grupos e na conservação da Mata Atlântica, como a ANAMA, EMATER, SEMA, FUNAI, Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Rio Grande do Sul, Conselho Consultivo da Mata Paludosa e Câmara Técnica de Agroecologia da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo e Pesca.

Desde 2010, o DESMA, juntamente com a ONG ANAMA e FEPAGRO, gerencia o Posto Avançado Maquiné da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica articulando ações em Desenvolvimento Sustentável, Conservação da Biodiversidade e Geração e Difusão do Conhecimento Científico e Tradicional.



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TRAMANDAÍ

Comitês de Bacias são espaços colegiados, formados por representantes dos usuários da água, da população da Bacia e órgãos do poder público. Seu objetivo é realizar o gerenciamento das águas de uma Bacia hidrográfica de forma descentralizada, integrada e participativa, visando a conservação da qualidade e quantidade das águas superficiais e subterrâneas, assim como sua melhor utilização.



**Comitê Tramandaí**

O Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, instalado no dia 29 de julho de 1999 (Decreto Estadual nº 39.673/99), é um órgão deliberativo oficial como previsto na Política Nacional dos Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97) e Política Estadual dos Recursos Hídricos (Lei nº 10.350/94).

Para contribuir com a gestão da bacia hidrográfica, o cidadão ou instituição pode participar das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Comitê, sendo que possui direito de voto nestas reuniões as entidades cadastradas e eleitas. O processo eleitoral do Comitê Tramandaí ocorre de dois em dois anos, tanto para entidades como para Presidente, Vice-presidente e Secretário Executivo.

# AGRADECIMENTOS

Para a produção deste livro, agradecemos:

- aos Povos e Comunidades Tradicionais da Bacia do Rio Tramandaí, Pescadores, Indígenas, Quilombolas, Artesãos, Agricultores e Pecuaristas, que em seus afazeres e saberes cotidianamente desenvolvidos ao longo de séculos na região, enriquecem o patrimônio socioambiental da humanidade e constituem, assim, a inspiração para este livro;
- ao Museu de Ciências Naturais da Fundação ZooBotânica do Estado do Rio Grande do Sul pela disponibilização do mapa de Unidades de Conservação da Região Nordeste do Rio Grande do Sul; aos Geógrafos Ricardo Aranha Ramos e Carla Moreira Melo pela gentileza de reelaborar o referido mapa para as publicações do projeto Taramandahy;
- ao Sr. Paulo Denilton da Associação dos Pescadores de Nova Santa Rita, pela imagem da Nossa Sra dos Navegantes. Ao fotógrafo chileno Andres Martin Flores pelas belíssimas paisagens retratadas pelo seu olhar;
- ao Jefferson Luciano Zuch Dias, Diretor do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul - MARSUL, da Secretaria Estadual da Cultura, pelas informações prestadas e por possibilitar o acesso à coleção do museu;
- à Eliane Sanguiné, Lovois de Andrade Miguel, Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto e ao IEPE pelo apoio à publicação deste livro na Série Difusão do IEPE;
- ao patrocinador Petrobras, que através do Programa Petrobras Ambiental propiciou a realização do projeto Taramandahy e, à gestora do projeto, Cláudia Lapenda, por suas orientações fundamentais.

Nascer do Sol na Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, visto a 900m de altitude em relação ao nível do mar. Em primeiro plano: a Serra Geral, no Vale do Rio Três Forquilhas e, ao fundo, a Lagoa Itapeva.

# APRESENTAÇÃO

Desde 1997, com a promulgação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.605/97), a bacia hidrográfica passou a ser a unidade de gestão do território para implantação desta política. Isto se deve porque a bacia hidrográfica agrega todas as áreas terrestres e aquáticas onde as águas “caminham” para um rio principal. No caso da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, ela inicia nas nascentes, no Planalto no município de São Francisco de Paula, e nas lagoas no Litoral Médio, indo até a foz, onde o rio se liga ao Oceano Atlântico, no município de Tramandaí. Ela está localizada no Planalto Meridional e Planície Costeira do Rio Grande do Sul, possui uma área de 2700km<sup>2</sup>, uma faixa costeira de 115km e abrange 18 municípios.

Compondo a paisagem estão as províncias geomorfológicas do Planalto Meridional e da Planície Costeira, abrangendo as regiões fitoecológicas da Floresta Ombrófila Mista e da Floresta Ombrófila Densa, que fazem parte do bioma Mata Atlântica e ecossistemas associados, como as restingas arbóreas. No bioma Pampa abrange a formação pioneira de origem flúvio-lacustre-marinha. Entre os ecossistemas encontram-se os banhados, lagoas, dunas e restingas. Nesse território encontra-se uma população culturalmente diversa, incluindo povos indígenas, afro-descendentes e descendentes de imigrantes europeus, que hoje constituem o povo brasileiro.

Este livro apresenta de maneira simplificada como o território da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí foi sendo ocupado em diferentes momentos, desde a época de 1500, quando os povos indígenas eram os únicos a viverem aqui. Depois disso, como foi a chegada de outros povos e como se desenvolveu a integração entre as diferentes culturas e os diversos ecossistemas, ricos em florestas, lagoas, rios, restingas, dunas e mar, e mais recentemente, as cidades, terras indígenas, terras quilombolas e Unidades de Conservação. Vamos ver que nesse território há uma grande diversidade de culturas e ecossistemas, que fazem parte da diversidade sociocultural e ambiental brasileira, compondo nosso patrimônio socioambiental.

Este livro faz parte do Projeto Taramandahy, nome tupi guarani do Rio Tramandaí, que significa rio sinuoso (com muitas curvas). Este projeto vem sendo desenvolvido desde 2010, entre vários parceiros, buscando fortalecer a gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí.

A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TRAMANDAÍ .....	14
PAISAGENS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TRAMANDAÍ ANTES DO SÉCULO XVI .....	16

## PARTE I

<b>CULTURA E ECOSISTEMAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TRAMANDAÍ DE 1500 A 1900: O LEGADO .....</b>	<b>18</b>
----------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

OS POVOS E A OCUPAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TRAMANDAÍ .....	20
INDÍGENAS .....	22
PORTUGUESES	

24



AFRICANOS .....	26
TROPEIROS .....	27
ALEMÃES .....	28
ITALIANOS .....	29

## PARTE II

<b>CULTURA E ECOSISTEMAS: DE 1900 AO SÉCULO XXI: O PROCESSO DE FRICÇÃO INTERCULTURAL.....</b>	<b>30</b>
-----------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

CULTURA E NATUREZA: A MULTIFUNCIONALIDADE DOS ECOSISTEMAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TRAMANDAÍ .....	32
AS CULTURAS E POVOS QUE HABITAM A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TRAMANDAÍ .....	34
MBYÁ-GUARANI .....	36
AGRICULTORES QUILOMBOLAS .....	38
PESCADORES ARTESANAIS .....	40
AGRICULTORES BANANICULTORES .....	42
AGRICULTORES MANEJADORES DE AGROFLORESTAS.....	43
AGRICULTORES SAMAMBAIEIROS.....	44
CATADORES DE PINHÃO.....	46
PECUARISTAS FAMILIARES - PRODUTORES DE QUEIJO SERRANO.....	47
MANIFESTAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	48
ALIMENTOS COLONIAIS .....	49
ARTESANATO EM FIBRA DA BANANEIRA .....	
ARTESANATO DE CIPÓS.....	51
ARTESANATO EM PALHA DE BUTIÁ .....	52
ARTESANATO EM FIBRAS VEGETAIS	
AQUÁTICAS - TIRIRICA.....	53
ARTESANATO EM FIBRAS VEGETAIS	
AQUÁTICAS - JUNCO .....	54
ARTESANATO EM ESCAMA DE PEIXE.....	55
TÉCNICAS DE PESCA.....	56
TERNO DE REIS .....	61
MAÇAMBIQUE MORRO ALTO - ENSAIO DE PROMESSA .....	
FESTA DOS NAVEGANTES.....	64
RODEIOS .....	65



## PARTE III

**CULTURA E ECOSISTEMAS:  
A "ACOMODAÇÃO" NO  
TERRITÓRIO .....66**

TERRITÓRIOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TRAMANDAÍ NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	68
TERRITÓRIOS GUARANI.....	70
TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS.....	72
TERRITÓRIOS DA PESCA ARTESANAL	

50



74



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TRAMANDAÍ.....	75
RESTINGAS E OS PARQUES DE TUPANCY E ITAPEVA.....	76
AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA ENCOSTA E DO PLANALTO.....	79
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TRAMANDAÍ E BACIAS ADJACENTES.....	83
AS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) E OS CORREDORES ECOLÓGICOS: APA ROTA DO SOL E APA DO MORRO DE OSÓRIO.....	84
PAISAGENS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TRAMANDAÍ NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	86
REFERÊNCIAS.....	88

62



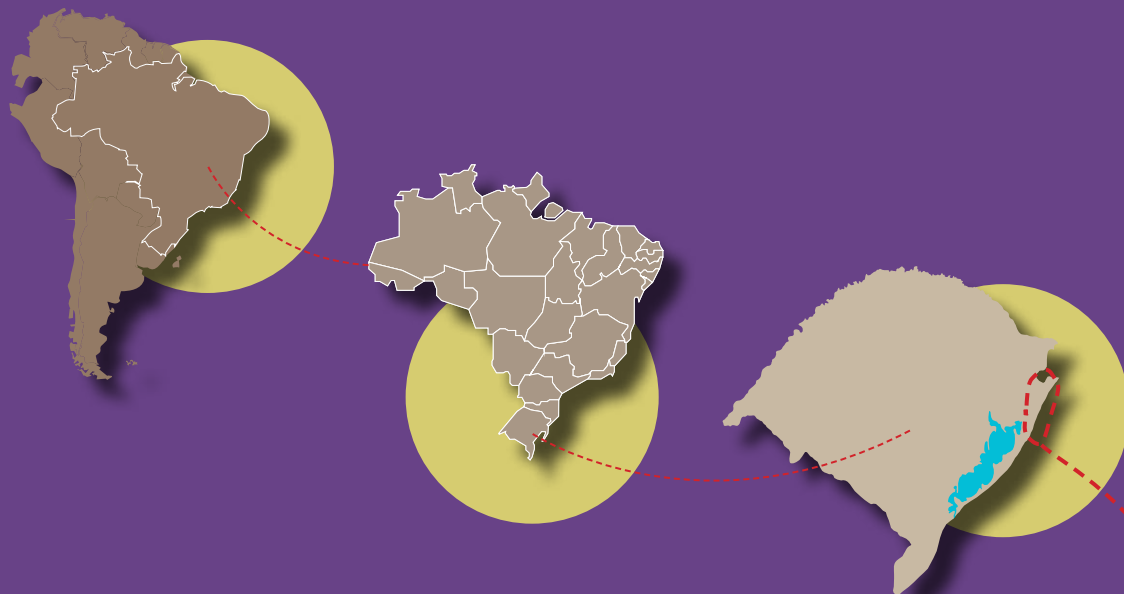
# A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TRAMANDAÍ

Nas próximas páginas iremos conhecer um pouco mais sobre o Patrimônio Socioambiental presente na Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí. A primeira parte do livro apresenta a cultura e os ecossistemas da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, buscando entender os povos e as motivações que os levaram a ocupar a Bacia entre os séculos XV e XX. Seus conhecimentos e a forma de compreender o mundo foram o seu legado para a conformação do território atual.

A segunda parte do livro apresenta as manifestações culturais atuais como resultado do processo de fricção intercultural, ou seja, do convívio entre os grupos que passaram a viver nestes ecossistemas. Nesta parte são apresentadas as populações que atualmente vivem nos territórios da Bacia e o seu patrimônio cultural, através de manifestações festivas, práticas tradicionais e interação com os recursos naturais que os cercam.

A terceira parte apresenta a ocupação do território na atualidade. O processo de acomodação dos diversos interesses e formas de visão de mundo levou o Estado a reconhecer as Terras de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos, as Terras Indígenas e as Unidades de Conservação, além das propriedades dos agricultores e dos centros urbanos já consolidados. Longe de se considerar que não há conflitos territoriais, a proposta é a apresentação de um panorama desta realidade em 2012.

Convidamos a todos a explorarem estas páginas e buscarem saber mais!



Localização da  
Bacia Hidrográfica  
do Rio Tramandaí

# Paisagens da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí antes do século XIX



- 1 Campos Nativos e Matas com Araucárias (Floresta Ombrófila Mista) no Planalto das Araucárias
- 2 Encostas da Serra Geral com Floresta Ombrófila Densa
- 3 Encosta da Serra Geral e Planície Costeira, com dunas antigas
- 4 Planície Costeira com Lagoas, Foz do Rio Maquiné e Serra Geral
- 5 Dunas do Balneário Pinhal e Cidreira
- 6 Lagoa do Bacopari

## POVOS INDÍGENAS



Povos dos Sambaquis na Planície Costeira



Povos das casas subterrâneas no Planalto das Araucárias

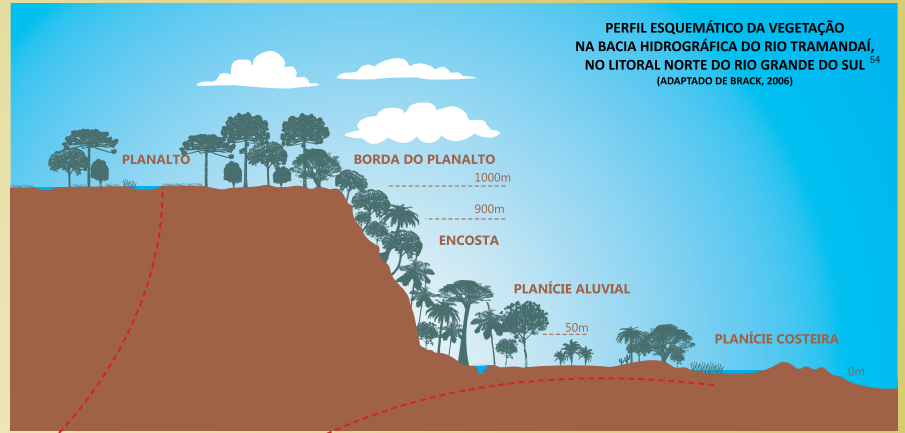






Ricardo Mello

1



Dilton de Castro

2



Dilton de Castro

3



Dilton de Castro

5



Andres Martin Flores

4



**CULTURA E ECOSSISTEMAS  
NA BACIA HIDROGRÁFICA  
DO RIO TRAMANDAÍ  
DE 1500 A 1900:  
O LEGADO**

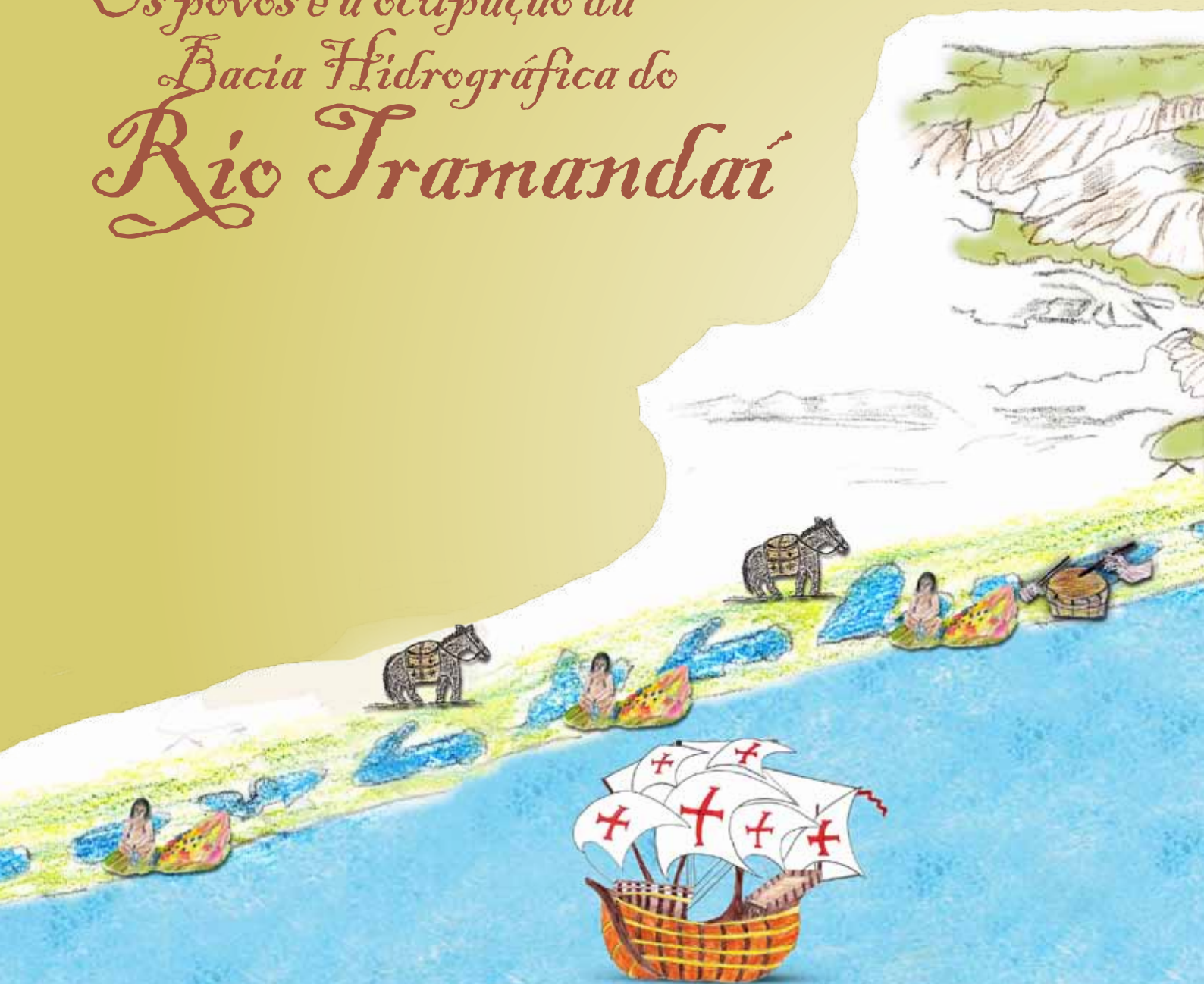
**PARTE**

No território que hoje é o Brasil, até o ano de 1500, viviam diversas etnias indígenas com cerca de 6 milhões de pessoas. No território da Bacia viviam os Guarani, na região dos vales e lagoas, e os Tapuias, dos quais descendem os Kaingang, na região serrana. A partir de 1500, quando os portugueses chegaram ao Brasil, começaram a ocupar o território, a partir do Litoral. Nos séculos XVI e XVII o território do Rio Grande do Sul oscilou entre o domínio espanhol e português. Desde o século XVII, os tropeiros, que eram fruto da miscigenação dos povos que viviam nessa época, transitavam pelo território da Bacia levando a produção de gado para o mercado de Sorocaba, em São Paulo.

Com a chegada dos açorianos, entre 1740 e 1770, foi consolidada a ocupação portuguesa no Rio Grande do Sul, período onde se estabelecem na Bacia os primeiros açorianos, que passaram a viver nas áreas do Litoral, entre o mar, as lagoas, restingas e áreas de encostas. No século XIX, chegaram os africanos trazidos para o trabalho nos canaviais na região de Morro Alto e nas charqueadas na região de Pelotas. Também foi o período em que chegaram os alemães, poloneses e italianos que ocuparam os vales, principalmente as áreas de encosta. Bem mais tarde, no século XX, chegaram os japoneses que ocuparam os vales em Itati.

Dessas culturas de diferentes continentes que chegaram ao território da Bacia, provém o legado cultural que, em contato entre si e com a diversidade de ecossistemas, se recriam conformando o território que hoje conhecemos.

Os povos e a ocupação da  
Bacia Hidrográfica do  
Rio Tramandaí







INDÍGENAS



INDÍGENAS



PORTUGUESES



AFRICANOS



TROPEIROS



AÇORIANOS



ALEMÃES



ITALIANOS



# Indígenas

Rafaela Biehl Printes

Os dois grandes grupos indígenas que habitam há séculos o território que compõe a Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí pertencem à Família Jê, do Tronco Macro-Jê, tendo como representantes na atualidade os Kaingang e Xokleng, que compõem o grupo Jê meridionais. E também à Família Tupi-Guarani, do Tronco Tupi, representada pela parcialidade étnica Mbya. Atualmente os Jê estão situados na região serrana, ocupando parte do território da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí. Os Tupi costumam se situar na planície costeira da Bacia, além de outras regiões do território do RS, geralmente nas proximidades de áreas lacustres.

Ao longo da história as manifestações culturais passaram por algumas modificações entre esses grupos



Sambaqui



Quebra-coquinho, sítio arqueológico LN19

étnicos. Quanto às habitações, os Jê costumavam viver em casas de palha, sendo que nas estações frias, abriam covas no solo construindo **casas subterrâneas** e cobrindo-as com folhas ou capim. Na época da colonização europeia esse tipo de habitação foi extinta. Os Jê são caracterizados como povos caçadores, também praticantes da pesca, sendo a prática da agricultura pouco significativa.

Os Tupi costumam construir, até os dias atuais, casas tradicionais de barro e com materiais provenientes da palmeira Pindó etei (jerivá – *Syagrus romanzoffiana*), da qual aproveitam o caule, fibras e folhas. Os Guarani são considerados os primeiros agricultores do RS, tendo como principais cultivos o milho, batata-doce, amendoim e feijão, mas também praticam a caça e a pesca como forma de subsistência. No passado, fabricavam vários utensílios de pedra e cerâmica, como pequenos vasos, porongos, pilão e outros objetos de uso doméstico. As principais armas eram o arco e flechas, com pontas de madeira ou pedra, lanças, tacapes (machados de pedras), flechas incendiárias e fundas feitas de couro.



Vaso de tradição Tupi-Guarani com decoração ungluada, encontrado em Osório



Moedor, proveniente de Osório, Coleção Miller



Ponta de projétil, sítio arqueológico LC42 localizado no município de Tramandaí



Cachimbo angular, Sambaqui de Torres/ Coleção etnográfica Museu Júlio de Castilhos



Casa subterrânea



Coleção Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, Taquara/RS

Vestígios arqueológicos que revelam a presença milenar indígena na região da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, são os **Sambaquis**. Estes sítios arqueológicos caracterizam-se pela sua forma arredondada e tratam de uma estratégia específica de ocupação costeira de grupos caçadores e coletores em que estão associados em um mesmo espaço: o local da moradia, de enterro dos mortos e de acúmulos de restos de alimentos provenientes da caça da fauna marinha e terrestre. Sambaqui é uma palavra de origem tupi guarani que significa "monte de conchas".<sup>1 2 3 4</sup>



# Portugueses

Os jesuítas da Companhia de Jesus chegaram ao atual território do Rio Grande do Sul no século XVI para a criação de aldeamentos indígenas, sendo contrários à escravidão indígena. No século XVIII, os bandeirantes buscando capturar o maior número de indígenas para a escravização, terminaram com as Reduções Jesuíticas no Rio Grande do Sul, liberando grandes criações de *gado vacum*. O gado que foi abandonado se asselvajou e se multiplicou nos ecossistemas pastoris que caracterizam a região da Campanha e dos Campos de Cima da Serra. Este fato favoreceu a ocupação dos Campos de Cima da Serra no século XVIII por descendentes portugueses que passaram a praticar a pecuária.

A ocupação do território da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí surgiu pela necessidade de povoamento das terras do sul. A coroa portuguesa fez a concessão de grandes extensões de terras, conhecidas como sesmarias, aos lusos pioneiros que abriram a estrada entre Laguna e Sacramento (atual território do Uruguai). A primeira sesmaria foi doada nas proximidades de Tramandaí em 1726. Nas sesmarias se instalou a atividade de criação de gado, extração de couro, comércio de trigo, peixe seco, carne salgada e produção de queijos. As sesmarias tinham por finalidade povoar o território incentivando a agricultura e a criação de gado. Elas foram concedidas a nobres, navegadores ou militares como recompensa por serviços prestados à coroa portuguesa. Os donatários eram responsáveis pelo território devendo pagar impostos à coroa.<sup>5</sup>





# Açorianos

No século XVII, diversas levas de açorianos foram para o Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Entre 1747 e 1750, foram para o Pará, Santa Catarina e Vila de São Pedro do Rio Grande, após solicitarem à coroa portuguesa para emigrarem para o Brasil, devido à população numerosa e à escassez de alimentos nas Ilhas dos Açores. Em 1750 foi instituído o Tratado de Madrid entre Portugal e Espanha, estabelecendo as fronteiras entre os territórios portugueses e espanhóis, sendo a Colônia do Sacramento permutada pelos Sete Povos das Missões. Para povoar o território, a coroa solicitou que os açorianos, depois de povoarem a Ilha de Santa Catarina, fossem para o atual território do Rio Grande do Sul. Entre os anos de 1750 e 1754, cerca de 1270 açorianos chegaram na Vila de Rio Grande, em trânsito para as Missões.

Em 1752, 60 destes casais foram para o Porto dos Casais, hoje Porto Alegre. Em 1756, com a destruição de São Miguel e a ocupação das Missões, os açorianos foram para Maldonado, no Uruguai. Outros que estavam em Rio Grande subiram pelo litoral, originando São José do Norte, Estreito, Tavares, Mostardas, Capela Grande de Viamão, Porto dos Casais, entrando pelo Vale do Jacuí.

Os açorianos chegaram na Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí entre os anos de 1750 e 1770, fundando os povoados de Conceição do Arroio (Osório), Santo Antônio da Patrulha e Torres. O Estado lhes forneceu terras, instrumentos agrícolas, cevada e cana-de-açúcar. Eles, por sua vez, trouxeram as mudas e desenvolveram o processamento dos derivados da cana na região.

No ano de 2012 comemoram-se duzentos e sessenta anos do povoamento açoriano no Estado do Rio Grande do Sul. <sup>67</sup>





# Africanos

Ieda Cristina Alves Ramos

No século XVIII, o charque de gado passou a substituir a carne nordestina na alimentação da região sudeste e nordeste. A produção de charque deu continuidade à criação de gado que, anteriormente, era explorado para couro, sendo Pelotas o principal pólo produtor, com as charqueadas que iniciaram em 1780. Para a realização deste trabalho os escravos africanos foram levados ao Rio Grande do Sul, vivendo nas senzalas das fazendas. Entretanto, já na expedição de João Magalhães, de Laguna à Colônia de Sacramento, em 1725, por terra, escravos africanos foram levados para a realização dos trabalhos mais pesados. Os afrodescendentes trabalhavam na agricultura, na abertura de estradas e derrubada de mata, nas charqueadas, na construção de alicerces para construções, no condicionamento do charque, além de executarem serviços de pedreiro, carpinteiro, matador de animais, salgador curtido, talhador de pedras, bem como soldados nas batalhas.



Figura adaptada<sup>8</sup>

No ano de 1888, existiam em torno de 250 afrodescendentes na Colônia Alemã Protestante de Três Forquilhas. Apesar dos colonos serem proibidos de comprar escravos, neste vale ocorreu que o sesmeiro Silveira Marques, que havia matado descendentes lusos que haviam se estabelecido nos morros em direção ao Potreiro Velho, foi preso. Para comprar sua liberdade ele vendeu escravos de forma barata e clandestina. Sendo este o motivo dos colonos os comprarem, inclusive o Padre Voges, grande liderança protestante local. Junto destes grupos os escravos trabalharam na construção da igreja, na produção de cana-de-açúcar e engenhos, na produção de rapadura, cachaça e açúcar mascavo.

Por volta de 1850, o Império Brasileiro passou a ser pressionado pela marinha inglesa para a repressão do tráfico negreiro, fato que não impediu a continuidade de desembarques de escravos no litoral norte gaúcho. O lugar preferencial era o povoado de Tramandaí. No ano de 1852, na localidade denominada Capão Alto, ao norte de Capão da Canoa, desembarcou clandestinamente um navio negreiro vindo do Congo.<sup>9</sup>





# Tropeiros

Camila Vieira-da-Silva

O tropeiro é o responsável pela atividade de conduzir as tropas de mulas e/ou gado para realizar o transporte de mercadorias entre regiões. São originados de grupos miscigenados entre os lusos, africanos e indígenas. No século XVIII, as tropeçadas se caracterizavam pelo transporte de gado, bem como outras mercadorias, desde a Colônia do Sacramento, no Uruguai, até Sorocaba, em São Paulo, pela chamada "Rota do Litoral" ou "Costa do Mar". Neste trajeto, o território da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí era passagem em Santo Antônio da Patrulha, na chamada Guarda Velha, seguindo até

cruzar a barra do Rio Tramandaí, indo em direção à barra do Rio Mampituba e Laguna. A planície costeira se constituía em um espaço de circulação entre pessoas e produtos, se caracterizando como os primeiros povoamentos do território da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí em Osório, Santo Antônio da Patrulha e São Francisco de Paula.

Em 1738, surgiu um novo caminho, como desvio dos postos de pedágio da coroa portuguesa, subindo a serra pelo vale do Rio Rolante, após passar pela "Guarda Velha". Esta mudança contribuiu para a ocupação da região dos Campos de Cima da Serra. Em seguida, novas rotas foram abertas.

Após a chegada dos colonos alemães e italianos, iniciada em meados do século XIX, as encostas foram ocupadas. Entre 1826 a 1880, novas relações entre os pecuaristas e os colonos foram iniciadas dando origem ao tropeirismo doméstico, interligando a produção do planalto e da planície costeira. O cargueiro de mulas levava charques, couro seco, queijo do planalto e retornava com arroz, farinha de mandioca, açúcar mascavo, rapaduras, sal e cachaça na guampa, viajando por volta de quinze dias, entre ida e volta.

Os tropeiros contribuíram significativamente para o povoamento e desenvolvimento econômico no território da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí.<sup>10</sup>





# Asemães



Os primeiros imigrantes alemães chegaram à região do litoral norte em 1826 e foram assentados em Três Forquilhas e na Colônia São Pedro das Torres, hoje Dom Pedro de Alcântara. Na primeira localidade, concentraram-se os imigrantes de religião protestante, enquanto a maioria católica foi direcionada para a Colônia São Pedro de Torres. A principal atividade era a agricultura (principalmente feijão, arroz, milho, mandioca, cana-de-açúcar e frutas, como banana e abacaxi), mas também estavam ligados ao comércio de açúcar mascavo, rapadura, aguardente e farinha.

Devido ao isolamento, eram consideradas como as mais pobres das "áreas teuto-brasileiras". No entanto, este isolamento conferiu a estes grupos uma dinâmica própria de integração com outros grupos ali presentes. As atividades produtivas relacionadas à cana-de-açúcar, com a necessidade de mão de obra escrava, propiciaram episódios de interação e miscigenação. Com os luso-brasileiros, destacam-se as casas de enxaimel de Três Forquilhas, que é distinta do modelo germânico clássico. Com a progressiva abertura de estradas para o comércio com as localidades dos Campos de Cima da Serra, foram sendo instauradas as principais vias de integração entre o litoral e a serra. <sup>11 12 13 14 15</sup>





# Italianos



Os primeiros imigrantes italianos chegaram ao RS a partir de 1875 e foram sendo assentados nas terras situadas na Encosta Superior da Serra. As colônias formadas constituíram-se em centros irradiadores para regiões adjacentes a essas primeiras colônias.

Posteriormente, com o esgotamento das terras devolutas, iniciou-se uma migração para as zonas mais distantes, principalmente nas colônias localizadas em direção ao Planalto meridional e setentrional do RS. Com o deslocamento de famílias das localidades que se situavam nos atuais municípios de Caxias do Sul, Antônio Prado e Garibaldi para as regiões adjacentes, aconteceu a ocupação de algumas áreas da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí como: Maquiné, Três Forquilhas, Itati e Dom Pedro de Alcântara.

Estes grupos desenvolveram a agricultura nas áreas florestadas conferindo a algumas regiões uma identidade associada a práticas culturais. Isso fica claro com a produção de vinho e o consumo da polenta que, recentemente, foram resgatados e incorporados aos calendários festivos locais originando, por exemplo, a Festa da Polenta em Maquiné.<sup>14</sup>



CULTURA E ECOSSISTEMAS  
DE 1900 AO  
SÉCULO XXI:  
O PROCESSO  
DE FRICÇÃO  
INTERCULTURAL



PARTE

No final do século XIX, a maior parte dos povos já havia se estabelecido nos diferentes ecossistemas da Bacia e passado a produzir de acordo com as características do clima, relevo e vegetação. Também estabeleceram relações de trocas entre suas produções, permitindo o abastecimento dos grupos, bem como dos centros urbanos em crescimento. A proximidade e convivência fez com que muitos casassem entre si e houvesse uma troca de conhecimentos e práticas, dando origem a um povo rico em sabedorias de como conviver com a grande diversidade de ambientes e de espécies: o povo brasileiro.

Até a metade do século XX, as trocas entre os grupos se davam pelo fluxo dos tropeiros que levavam os produtos para cima e para baixo da serra, bem como pelas lagoas que levavam a produção para Porto Alegre. Com a modernização da sociedade e a industrialização acontecendo nos centros urbanos, a maior parte das pessoas passou a viver nas cidades, e as estradas passaram a ser a principal conexão entre os centros urbanos. Essa transformação fez com que os modos de vida dos grupos rurais e urbanos se distanciassem.





**CULTURA E NATUREZA:  
A MULTIFUNCIONALIDADE  
DOS ECOSSISTEMAS DA  
BACIA HIDROGRÁFICA  
DO RIO TRAMANDAÍ**



A riqueza de conhecimentos e práticas dos grupos que passaram a viver nos ecossistemas no território da Bacia, em contato com as especificidades dos ambientes fez com que, a partir de sua cultura, passassem a confeccionar produtos que, hoje, representam parte dessa história. Assim, nos Campos de Cima da Serra, entre os campos e a Mata com Araucária, ambiente que enfrenta o rigor do inverno, a principal produção dos descendentes de portugueses é a criação de gado para corte e a produção de leite e queijo. O artesanato em couro e lã de ovelha para confeccionar as indumentárias do gaúcho serrano e a coleta de pinhão, importante para os animais e para as populações no inverno, também é uma característica desse território. Nas Matas com Araucária o manejo da erva-mate foi uma das principais atividades econômicas até o início do século XX, sendo ainda praticada.<sup>16</sup>

Nas encostas, os descendentes de europeus e os afrodescendentes passaram a produzir de forma diversificada, frutas, grãos, porcos, galinhas, sendo os alimentos coloniais os seus produtos mais reconhecidos e apreciados. Das lagoas e do mar, os pescadores tiravam seu sustento da pesca de espécies de água doce, como a traíra e o siri, as espécies estuarinas, como a tainha, o bagre e o camarão-rosa, e as espécies marítimas, como o papai-terra, a anchova e a corvina. Eram produzidos artesanatos com cipós e taquara, espécies da floresta, e com o junco, a taboa e a tiririca, espécies de banhado e lagoas, utilizados em trabalhos nas propriedades e na pesca. Muitas famílias de pescadores também viviam em casas de junco.

Foi a bagagem cultural trazida pelos povos, em contato com as especificidades dos ecossistemas, que permitiu a interpretação desses ambientes resultando em inúmeros conhecimentos e práticas que expressam os múltiplos usos dos ecossistemas da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, conformando o patrimônio socioambiental desse território.

*As culturas e povos  
que habitam a  
Bacia Hidrográfica do  
Rio Tramandaí*



**PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL**



**MACAMBIQUE  
MORRO ALTO -  
ENSAIO DE  
PROMESSA**



**NAVEGANTES**



**RODEIOS**



**TERNO DE REIS**












### GRUPOS DE HABITANTES

- |                                                                                     |                                                                                    |                                                                                    |                                                                                     |                                                                                      |                                                                                       |                                                                                       |
|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|
|  |  |  |  |  |  |  |
| BANANICULTORES                                                                      | CATADORES DE PINHÃO                                                                | MANEJADORES DE AGROFLORESTAS                                                       | QUILOMBOLAS                                                                         | SAMAMBAIEIROS                                                                        | PECUARISTAS FAMILIARES                                                                | PESCADORES ARTESANAIS                                                                 |

### PATRIMÔNIO CULTURAL

- |                                                                                     |                                                                                     |                                                                                     |                                                                                     |                                                                                     |                                                                                       |                                                                                       |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|
|  |  |  |  |  |  |  |
| ALIMENTOS COLONIAIS                                                                 | ARTESANATO GUARANI                                                                  | ARTESANATO EM CIPO                                                                  | ARTESANATO EM ESCAMA DE PEIXE                                                       | ARTESANATO EM FIBRAS AQUÁTICAS                                                      | ARTESANATO EM PALHA DE BANANEIRA                                                      | ARTESANATO EM PALHA DE BUTIÁ                                                          |



# MBYÁ- GUARANI



Fotos: Ricardo Mello

*André Benites*

Os mbyá-Guarani vivem em diversas aldeias formadas por grupos familiares, partindo de uma ampla rede de parentesco. No exercício dos costumes cotidianos e no convívio entre parentes, os mbyá valorizam a alegria, a contemplação e o respeito, voltando-se para um modo de viver com simplicidade. Preservam a forma específica de transmissão dos conhecimentos, sendo que atribuem às práticas cerimoniais realizadas na *opy* (casa de reza) o princípio dos aprendizados "mais sensíveis". É também muito importante para a proteção da saúde coletiva que seja realizada plantação na aldeia, especialmente de cultivares de milho e de outros cultivos próprios da cultura.

O povo Mbyá-Guarani deseja continuar vivendo como mbyá. Eles observam muitas diferenças nas formas de pensar e agir dos não-indígenas, e vêm buscando um diálogo que possa contribuir para a organização de suas próprias estratégias, garantindo condições de um convívio tranquilo nas aldeias e contornando assim algumas dificuldades que historicamente os brancos lhes impuseram.

Atualmente, a venda de artesanatos é a principal forma de conseguir renda. São produzidos cestos, colares, bichos em madeira e outros. Os mbyá vivem muitas dificuldades, mas acreditam que novos caminhos podem ser construídos na relação com os não-indígenas. Para os mbyá, qualquer pessoa tem o direito de participar, de fazer as coisas. Ainda que inicialmente tímidos com o branco, apresentam muita força de vontade para melhorar a vida e o futuro de suas comunidades.





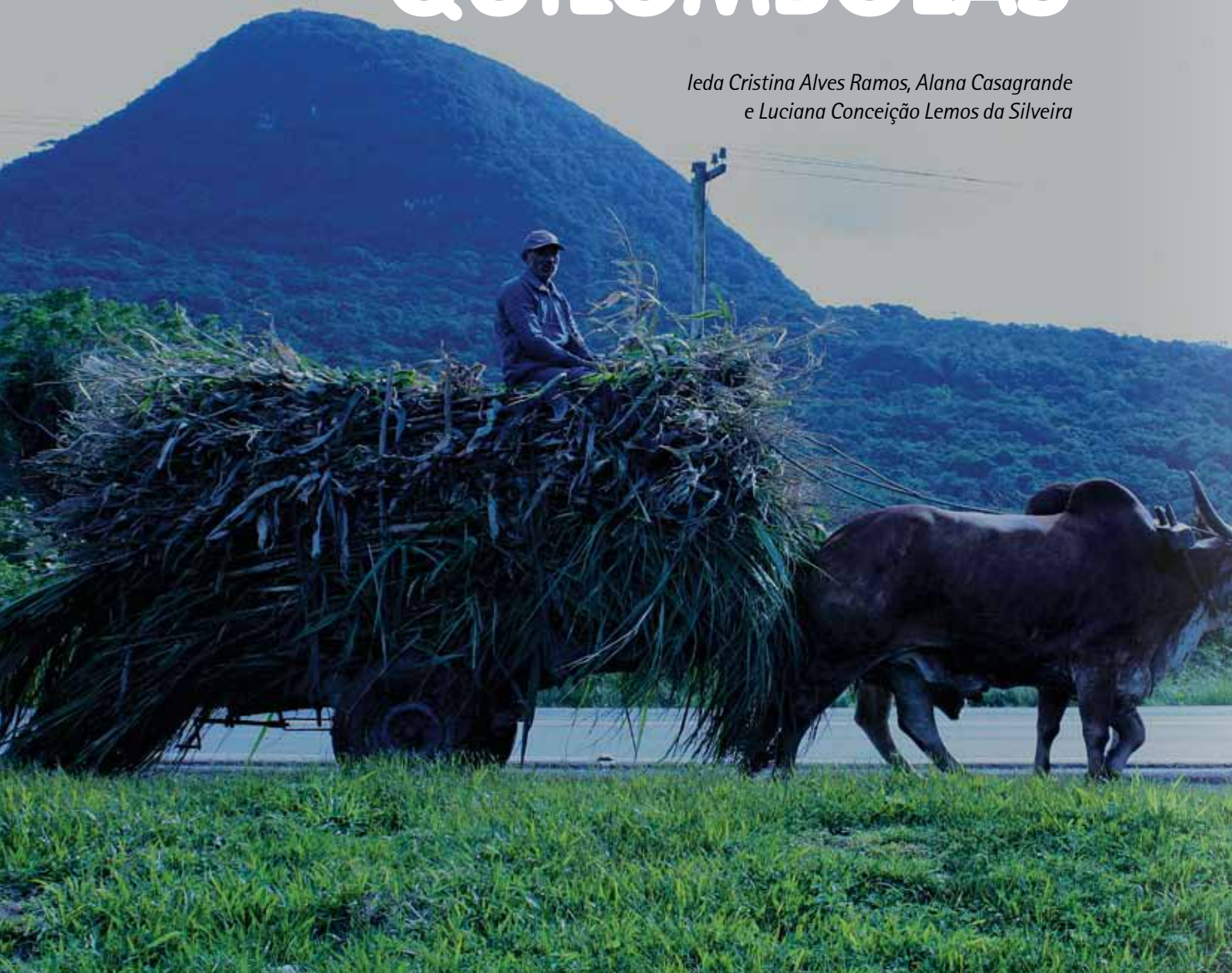






# AGRICULTORES QUILOMBOLAS

*Ieda Cristina Alves Ramos, Alana Casagrande  
e Luciana Conceição Lemos da Silveira*



Quilombolas são homens e mulheres pertencentes a grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra que possuem tradições e práticas culturais próprias, bem como relações com a terra e território provindos da ancestralidade. Eles se autodefinem descendentes de africanos e cada comunidade busca o reconhecimento de sua identidade de "remanescentes de quilombo". Destaca-se que, no processo de escravização de homens e mulheres oriundos de diferentes países africanos pelos portugueses, houve um processo cruel de anulação de suas raízes ao não existirem registros da origem dos africanos capturados e enviados para o Brasil.

Somente em 1988, a Constituição Federal do Brasil reconheceu as terras dos quilombolas como espaços destinados à resistência, reprodução física, social, econômica e cultural das comunidades negras brasileiras.

Os agricultores quilombolas possuem economia baseada na agricultura de subsistência, pesca, produção de artesanato, plantio de bananeiras e prestação de serviços em atividades agrícolas e não-agrícolas em localidades próximas à região onde vivem.<sup>17 18 19</sup>

Na comunidade quilombola do Limoeiro a produção de alimentos para o autoconsumo é tradicionalmente desenvolvida a partir de uma íntima relação com os ambientes litorâneos. Os agricultores quilombolas culti-

vam variedades locais de aipins, batatas-doce, milhos, morangas, abóboras, melancias, feijões, entre outros, combinando-os com o plantio de árvores frutíferas e ervas medicinais. As criações de animais contribuem para a fertilidade das pastagens e do solo arenoso, e as cercas de árvores nativas, como o maricá, as figueiras, as capororocas, o araçá, o chá-de-bugre, a aroeira, além dos taquarais, protegem as roças das criações e as casas do frio e dos fortes ventos do litoral, fazendo a chamada revessa.

Estas práticas tradicionais constituem agroecossistemas e estão fundadas em relações de reciprocidade que envolvem trocas de sementes, mudas e saberes, promovendo a segurança alimentar e nutricional das famílias, a manutenção de sua ancestralidade e a qualidade ambiental nas chácaras quilombolas. É neste contexto, que a demarcação fundiária de suas terras é essencial para o fortalecimento destas práticas tradicionais.<sup>20</sup>





# PESCADORES ARTESANAIS







### *Loyvana Carolina Perucchi*

A pesca artesanal tem importância não somente por seu valor econômico, que garante a subsistência de populações no mundo todo, mas também por seu valor cultural e simbólico que permitiu a reprodução física e social de populações ao longo dos séculos. Tem como característica ser realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil, com tecnologias de baixo impacto ambiental, trabalho autônomo, com força de trabalho familiar ou de grupo da vizinhança e com a produção destinada ao autoconsumo e mercado.

A atividade de pesca na Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí tem raízes em diversas culturas. Os primeiros pescadores foram os povos indígenas que ocuparam esta região entre os anos de 3000 e 2000 AP. Em seus sistemas de pesca utilizavam redes feitas de fibras vegetais, linhas feitas de cipós e anzóis construídos de ossos de animais. Na época do tropeirismo, os habitantes que viviam nas estâncias da região, realizavam a pesca de subsistência e para comércio com os tropeiros. No século XVIII, entre os anos de 1748 e 1752, o território da Bacia recebeu a imigração de açorianos, que já praticavam a pesca e se estabeleceram na região. Atualmente, a pesca artesanal na região envolve 3.664 famílias, sendo realizada nas praias entre os municípios de Torres e Mostardas. Essas comunidades têm na pesca artesanal e na extração de recursos das áreas úmidas e terrestres suas principais fontes de renda e reprodução social, e reproduzem seus conhecimentos acerca dos ambientes onde vivem, manejando os recursos pesqueiros e aprendendo diariamente como agir perante a natureza.<sup>21</sup>



# AGRICULTORES BANANICULTORES

*Daniela Garcez Wives*

No RS, o cultivo de bananas em escala comercial passou a ser amplamente difundido no início dos anos 1960 com sua produção concentrada nas encostas da Serra Geral, nos municípios de Maquiné, Itati e Terra de Areia.

Os bananicultores dessa região têm sua origem nas primeiras colônias de imigrantes alemães. Esses imigrantes se instalaram nas proximidades de rios e vales como, por exemplo, o rio Três Forquilhas e a Colônia de São Pedro de Alcântara, hoje, município de Dom Pedro de Alcântara.

Em meados dos anos 1990, iniciou-se um importante movimento de agricultores que converteram sua produção para uma agricultura de base ecológica. Os bananicultores ecológicos são responsáveis pela reintrodução de diversas espécies nativas da Mata Atlântica no meio do pomar, entre elas a palmeira-juçara (*Euterpe edulis*). Essas técnicas de manejo são chamadas de sistemas agroflorestais e têm contribuído para a manutenção da paisagem original.<sup>22</sup>





# AGRICULTORES MANEJADORES DE AGROFLORESTAS



*Everson Elenilton Fleck*

Agroflorestas ou Sistemas Agroflorestais Sucessionais são sistemas de uso da terra nos quais espécies perenes lenhosas (árvores, arbustos, palmeiras e bambus) são utilizadas e manejadas em associação com cultivos agrícolas e/ou animais, mantendo uma estrutura complexa, similar a uma estrutura florestal. Pela semelhança com a estrutura florestal dos ecossistemas naturais as agroflorestas são consideradas uma importante forma de produção em Áreas de Preservação Permanente e em Reserva Legal, pois aliam a produção à conservação em áreas de Unidades de Conservação de Usos Sustentáveis.

No território da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, agricultores implantaram iniciativas em diferentes ecossistemas. Na Floresta Ombrófila Mista:



a) agrofloresta implantada desde o início com duas faixas: i) com espécies madeiras (canela, uvaia, aroeira, ipê-amarelo) e não-madeiras (erva-mate: *Ilex paraguariensis*); ii) com frutíferas nativas e exóticas (araçá, pêssego, castanha portuguesa, figo, ameixa, cereja, guabioba) e cultivos anuais (feijão, milho, batata, moranga e abóbora);

b) consórcio de araucária (*Araucaria angustifolia*) com bracatinga (*Mimosa scabrella*).

Na Floresta Ombrófila Densa:

a) bananal, com palmeira-juçara (*Euterpe edulis*), café e abacate;

b) bananal com cultivos anuais (milho, feijão e aipim), frutíferas (laranja, bergamota, mamão, juçara e lima), e madeiráveis (louro: *Cordia trichotoma*; e caixeta: *Schefflera morototoni*), onde o manejo inclui a cobertura de solo com adubação verde;

c) frutíferas plantadas (bergamota, jaboticaba, graviola, mamão, manga, laranja, figo e carambola), com juçara e araucárias de regeneração natural.<sup>23</sup>

# AGRICULTORES SAMAMBAIEIROS



Nas regiões de encosta da serra, existe um grupo de agricultores que, além das atividades agrícolas, praticam o manejo e a extração das folhas da samambaia-preta (*Rumohra adiantiformes*) nas áreas de estágios iniciais de regeneração da floresta. O extrativismo da espécie tem como objetivo a comercialização das folhas para a ornamentação de arranjos florais. Nos anos 2000, estimava-se que 2000 famílias de agricultores dessa região tivessem no extrativismo da samambaia-preta a sua principal fonte de renda.

Por ser uma espécie nativa da Mata Atlântica, antes de 2006 a comercialização não era regulamentada. Assim, de 2000 a 2006, foi desenvolvido o "Projeto Samambaia-preta" que teve como objetivo pesquisar a ecologia da espécie e os manejos tradicionais, além de avaliar a sustentabilidade do extrativismo. Os resultados mostraram que o extrativismo praticado pelos samambaieiros era sustentável e estes dados subsidiaram a Instrução Normativa nº 01/2006 da SEMA-RS, regulamentando a atividade. O caso da samambaia-preta é considerado um modelo para os estudos de outros produtos da socio-biodiversidade, como os frutos da palmeira-juçara, do butiá, folhas de butiá, folhas de junco, taboa e cipós, entre outros.<sup>24</sup>









# CATADORES DE PINHÃO



*Camila Vieira-da-Silva e  
Fabiana Thomé da Cruz*

A coleta do pinhão é uma atividade histórica. O Pinhão é a semente da Araucária (*Araucaria angustifolia*), espécie nativa de pinheiro da Mata Atlântica. Segundo dados arqueológicos, etno-históricos e etnográficos, o pinhão era o principal elemento da dieta dos indígenas que viviam nas regiões serranas que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí.

Com a chegada dos imigrantes, ele passou a ser muito utilizado nas invernações para o engorde

dos animais e fonte de alimento para os peões das estâncias. Atualmente a coleta do pinhão é realizada por famílias que vivem nos Campos de Cima da Serra e, durante o inverno, serve como parte da alimentação e como fonte de renda. Os locais de coleta variam entre áreas de floresta nativa, propriedades particulares dos catadores ou de produtores que cedem o espaço. E a coleta pode ser realizada diretamente do chão ou por meio de escalada nas árvores para a retirada das pinhas.<sup>25 26 27</sup>



# PECUARISTAS FAMILIARES - PRODUTORES DE QUEIJO SERRANO



*Camila Vieira-da-Silva e Fabiana Thomé da Cruz*

Os pecuaristas familiares da região dos Campos de Cima da Serra (CCS) possuem um modo de vida fortemente associado ao manejo e produção de pecuária de corte e produção artesanal de um queijo característico da região, o Queijo Serrano.

A tradição da produção de Queijo Serrano remonta a meados do século XVIII, quando era forte o vínculo com a atividade tropeira. No auge do tropeirismo, durante os séculos XVIII e XIX, o queijo serrano, então transportado no lombo de mulas, era o principal produto que garantia o abastecimento alimentar, sendo utilizado como moeda de troca na obtenção de mantimentos que eram trazidos pelos tropeiros.

O queijo serrano é feito de leite cru, ordenhado de vacas rústicas alimentadas basicamente em campo nativo (especialmente na primavera e verão, quando os campos estão verdes e ricos em nutrientes).

A produção de queijos possui importância crescente para as famílias por gerar trabalho e contribuir para a manutenção de um modo de vida fortemente associado à cultura e ao ecossistema da região.<sup>27</sup>





# MANIFESTAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O encontro entre as diversas formas de interação e intervenção dos grupos humanos e o ambiente em suas diversas conformações, sejam matas, banhados, restingas ou campos, tem propiciado a configuração da atual paisagem. A paisagem é a história das plantas, das águas, arroios, animais, assim como a história de todas as pessoas, a qual reflete e ao mesmo tempo molda a história da paisagem.

A atenção e a análise das manifestações culturais e das diferentes práticas associadas aos grupos comprovam esta ideia. Está expresso, por exemplo, na forma como um Mbyá-guarani planta e guarda suas sementes; como cada pescador sabe a forma e a época adequada para pescar cada peixe; no conhecimento dos locais onde podem ser encontrada a melhor samambaia; no conhecimento dos diferentes tipos de pinhão; na transformação de fibras vege-

tais e cipós em belos objetos, entre tantas outras formas que cada um destes grupos apreende e intervém em seu meio.

Por detrás de cada grupo ou família que habita estas áreas, há um histórico de lutas, buscas, investimentos, conflitos, sonhos, aprendizagens, memórias, que pode ser materializado na conformação da paisagem.

Atualmente estas técnicas que foram desenvolvidas a partir da criatividade desses grupos em relação aos ecossistemas, compondo o patrimônio sociocultural desses diferentes territórios, estão se perdendo. Hoje a manutenção desse modo de vida, que está sendo salvaguardado pelos mais velhos pode ser valorizada pelo turismo. Mas é importante que todos nós que circulamos por essas regiões saibamos valorizar este resultado de nossa história!



# ALIMENTOS COLONIAIS



Os alimentos coloniais estão presentes no cotidiano das famílias que vivem nos municípios de encosta da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí. São pães, bolos, doces e pratos à base de produtos cultivados nas propriedades. Um exemplo são as doceiras no município de Maquiné. São agricultoras que, nas suas formas de interação com os diferentes espaços como casa, pátio, quintal e lavoura, dominam a arte do forno à lenha. É nele que preparam cucas, pães, rosquetes, broas, merengues, bolachas, bolos e roscas, sempre presentes nas festas comunitárias.

Estes doces também são encontrados em lojas de beira de estrada – parada de quem passa pela região – integrando parte da história das famílias do município, principalmente aquelas de origem italiana.

Desenvolvendo esta atividade, as doceiras de Maquiné romperam as fronteiras do município, tomando contato com movimentos como o *Slow Food* e participando de encontros de Comunidades do Alimento em Brasília (2007) e em Turin, Itália (2008). Divulgando assim seu modo de ser e viver, assim como receitas doces que perpetuam sabores e saberes e que mais valem serem provadas do que descritos.<sup>28</sup>







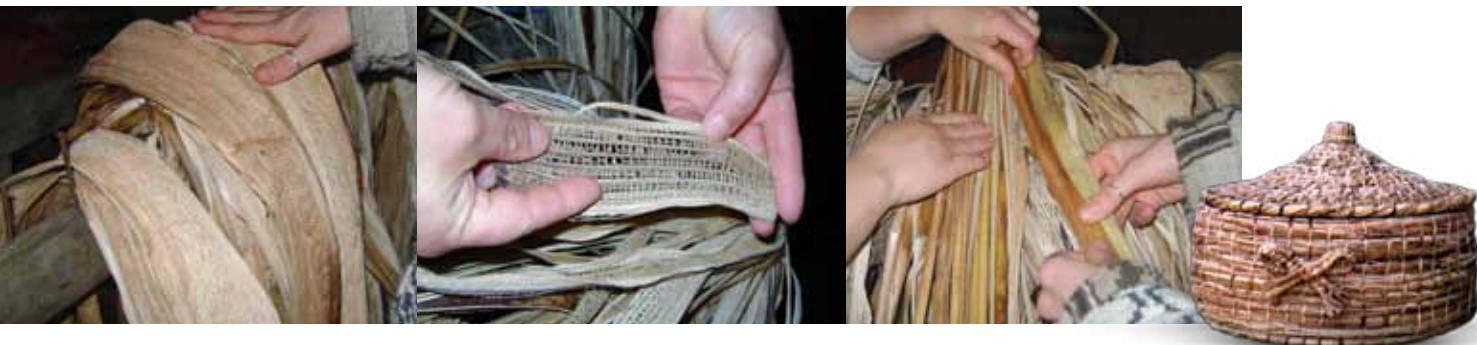
## ARTESANATO EM FIBRA DA BANANEIRA

O artesanato em fibra da bananeira é produzido por grupos de mulheres em diferentes partes do território da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, com destaque para as artesãs do município de Maquiné e as mulheres agricultoras quilombolas, que fazem desta atividade uma importante fonte de renda para suas famílias.

A matéria-prima utilizada para confecção dos artesanatos é retirada do falso-caule da bananeira. Esta parte é conhecida como bainha das folhas e dá origem a dois tipos de fibra: a) palha de fora, que é seca e mais escura,

e b) palha de dentro, ou bainha das folhas vivas. O corte do falso-caule é realizado após a frutificação da banana, próximo ao solo. As bainhas são separadas e cortadas em tiras para a secagem que, normalmente, é feita ao sol. Originalmente eram produzidos utensílios de uso doméstico como o empalhamento de cadeiras, porta-cuias e cestos. Com a chegada de turistas para a região das praias, a atividade voltou-se para a comercialização aos turistas e, posteriormente, para o turismo rural - atividade valorizada no âmbito da agricultura familiar. Com essa transformação as peças foram diversificadas e, atualmente, são produzidas bolsas, porta-copos, jogos americanos e chapéus, conforme a criatividade da artesã.

As artesãs de Maquiné são atração confirmada nas feiras de agricultura familiar, bem como na Expointer. Em 2006, uma cartilha foi desenvolvida divulgando esta atividade (DESMA, 2010).<sup>24 29</sup>



# ARTESANATO, DE CIPÓS



Joana Braun Bassi e Guilherme Fuhr

O manejo de lianas (cipós) para confecção de artesanato é feito por agricultores familiares moradores dos fundos de vales das regiões de encosta de Mata Atlântica. Os cipós coletados e transformados em balaios e cestos ou, eventualmente, em objetos decorativos, geram renda para as famílias da região.

Este artesanato tem importância histórica, sendo utilizado por diversas gerações na confecção de "cangalhas" – par de balaios adaptado às laterais de mulas e cavalos usados para o transporte de cargas, garantindo a circulação de produtos agrícolas colhidos nas roças. Dentre as espécies de cipó utilizadas para a produção de artesanato, destacam-se cipó-são-joão (*Pyrostegia venusta*); cipó-unha-de-gato (*Dolichandra unguis-cati*); cipó-pente-de-macaco (*Amphilophium crucigerum*) e cipó-timbó (*Serjania laruotteana*). Também associado aos cipós está o uso das taquaras.<sup>24</sup>





# ARTESANATO EM PALHA DE BUTIÁ



*Bianca Espíndola de Abrão*

O artesanato com fibras naturais também faz parte da história da região de Torres e tem como matéria-prima a palha do butiá (*Butia catarinensis*). Algumas famílias de agricultores na região são detentoras de um conhecimento tradicional no qual a partir da obtenção da palha das folhas da planta e de técnicas de trançá-las, produzem chapéus, cestos, sacolas, tapetes, carteiras, entre outros artesanatos.

A matéria-prima é obtida diretamente da planta, onde são retiradas apenas algumas folhas, sendo que as mais jovens são preservadas e as mais velhas, geralmente manchadas, são descartadas.

No litoral norte do Rio Grande do Sul, na metade do século passado, o extrativismo desta espécie vegetal foi uma importante fonte de renda para muitas famílias de agricultores, pois com a palha eram produzidos os antigos enchimentos de colchões e estofados variados. Com o surgimento do mercado da espuma, reduziu-se o uso das folhas para este fim. Contudo, ainda há interesse por parte dos artesãos, predominantemente mulheres, na manutenção desta atividade, assim como na transmissão deste conhecimento, para as novas gerações, principalmente, nas localidades de Campo Bonito, Águas Claras, São Bráz e Itapeva.



*Butia catarinensis*, espécie endêmica da Mata Atlântica, ocorre na planície do Rio Grande do Sul e se estende até Santa Catarina. No passado, formou extensas áreas denominadas butiazais. Devido a uma série de pressões de atividades agrícolas, outros usos do solo pretéritos e da expansão urbana na região, os butiazais encontram-se muito reduzidos e esparsos na paisagem, ameaçando a conservação da espécie e destes saberes na confecção dos artesanatos.



A ONG Instituto Curicaca, por meio do Programa de Conservação e Uso Sustentável dos Butiazais do Litoral Norte do RS, tem apoiado as famílias de artesãos na busca do estabelecimento das condições técnicas e legais junto à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, necessárias ao manejo sustentável das folhas e frutos do butiá com intuito de fortalecer a cultura local, incentivar a geração de renda para estas famílias e conservar a diversidade desta espécie e dos butiazais remanescentes.<sup>30</sup>



# ARTESANATO EM FIBRAS VEGETAIS AQUÁTICAS

## - TIRIRICA

*"Esse negócio da tiririca vem de vó."*

A tiririca (*Cyperus prolixus*) é utilizada para a confecção de artesanato, estando presente no cotidiano de algumas das famílias da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí. A confecção do artesanato de tiririca é uma atividade que persiste na região há muitos anos, sendo realizada essencialmente por mulheres que possuem o conhecimento da prática do artesanato que lhes foi transmitido através de gerações. *"Desde pequena nós se criamos no meio do banhado, das palha e macega."* A tiririca é utilizada junto a outras espécies, como a taboa (*Typha domingensis* Pers.) ou a macega, para produção de balaio, bandejas, suportes para objetos domésticos (panelas, pratos, cuia de chimarrão), bolsas, cintos,

chapéus, entre outros artefatos.

Para a preparação da fibra a "palha" deve ser cortada um pouco acima da base. O material coletado é selecionado, retirando-se as folhas que estão em mal estado. Posteriormente, a planta é escaldada, processo no qual a matéria-prima é colocada em água fervente de modo que fique mais maleável para manuseio. Após a exposição ao ar livre por 5 a 6 dias, as folhas são cortadas nas laterais e no meio onde se encontram as chamadas "serrilhas". Antes de começar a trançar, as artesãs ume-decem a palha para facilitar o trabalho.<sup>24</sup>





# ARTESANATO EM FIBRAS VEGETAIS AQUÁTICAS - JUNCO



Coleta do junco



Confecção de esteiras de junco



Técnica de bater o junco

*"Eu faço artesanato mesmo é porque eu gosto, eu adoro!"*

O artesanato do junco é confeccionado por famílias pescadoras, quilombolas e agricultoras que vivem nas áreas de restingas e florestas paludosas da Planície Costeira. Praticam também a pesca artesanal, sendo o extrativismo do junco, uma complementação de sua renda. A partir dos caules do junco são produzidas esteiras que são utilizadas para diversos fins, como o forro de teto de quiosque, esteira de praia, trilhos de mesa, entre outros.

*"Quando eu era moça eu colocava uns prego na parede e trançava... comprei meu enxoval todinho com a atividade do artesanato."*

O junco (*Schoenoplectus californicus*) é coletado em áreas úmidas, mais especificamente em banhados e lagoas, ocorrendo nos meses mais quentes, de outubro a maio, facilitando a entrada dos coletores nos locais de retirada, uma vez que, neste período as águas estão mais rasas e com temperaturas mais amenas. Os feixes coletados são expostos ao ar livre e a secagem dura em torno de 3 a 7 dias. Os caules são expostos nos arredores da residência e são deixados ali por 72 horas para que comecem a "lorar" (secar até amarelar). Após isso, são retirados da rua durante o período noturno para evitar o sereno e eventuais chuvas, até que estejam prontos para iniciar a produção das esteiras.<sup>22</sup>



## ARTESANATO EM ESCAMA DE PEIXE

*Loyvana Carolina Perucchi*

O artesanato de escama de peixe é feito a partir do aproveitamento de parte do pescado que outrora seria descartado. Este material se transforma em objetos decorativos, brincos, colares, broches, rosários, entre outros, que geram fonte de renda para famílias de pescadores artesanais na região da costa litorânea da Bacia.

A produção de artesanato de escama de peixe se tornou presente no cotidiano destas famílias a partir de cursos de qualificação realizados pela Emater/RS-Ascar, em

2000, com o objetivo de resgatar um tipo de artesanato da cultura açoriana.

A produção dos artesanatos inicia com a lavagem das escamas, seguida de uma cuidadosa escolha das mais perfeitas para serem utilizadas. Essas são cortadas e separadas por espécie de peixe e tamanho. Após diversas etapas preparatórias é possível começar a montagem dos objetos. Atualmente, são consideradas verdadeiras joias.<sup>31</sup>







# TÉCNICAS DE

# PESCA



*Loyvana Carolina Perucchi*

## **Pesca com a tarrafa peixe**

A tarrafa é uma rede de pesca circular que possui pesos de chumbo em suas extremidades e um cabo de resgate em seu centro. A técnica consiste no lançamento da rede, apoiando-se a borda dela na mão direita, a outra na mão esquerda e uma última sendo segura com os dentes. Com um movimento de rotação do tronco o pescador atira a tarrafa soltando os três apoios. Como resultado a rede cai na água totalmente aberta. Posteriormente, o pescador puxa o cabo de resgate da tarrafa e essa se fecha na parte inferior, apanhando os peixes naquela área. Durante o período da pesca esta ação é repetida sucessivas vezes. A principal espécie capturada com a tarrafa é a tainha, que ocorre durante os meses de maio e junho nas regiões lacustres e estuarinas da Bacia. No entanto, os pescadores de mar também costumam lançar a tarrafa para captura de outras espécies.<sup>32</sup>

## Pesca com a tarrafa camarão e Pesca do Bolo

A tarrafa de camarão se diferencia daquela para peixe por ser maior em comprimento, possuir malha menor e por ter como principal espécie alvo o camarão-rosa. A técnica de lançamento da tarrafa camarão é bastante semelhante à descrita para a tarrafa peixe. No entanto, a pescaria ocorre sempre à noite e nos meses de verão, época de abundância do camarão. Algumas estratégias foram estabelecidas para ampliar a eficácia deste tipo de pesca. Um exemplo é a pesca do bolo, uma forma coletiva de pescaria os pescadores se reúnem ao entardecer para lançarem suas tarrafas em diferentes locais, porém simultaneamente. Todos os camarões pescados são colocados em um bolo único que é dividido de forma igualitária no final da pescaria.<sup>32</sup>



## Pesca da coca

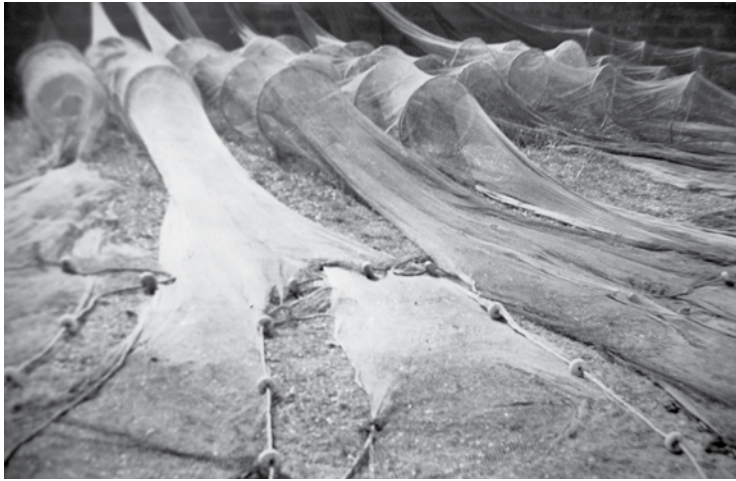
A pesca da coca é realizada durante os meses de inverno nas lagoas e lagunas, com o objetivo de captura do siri. A coca é uma pequena rede em formato de peneira redonda com uma corda ao centro na qual utiliza-se como atrativo para o siri um pedaço de carne de galinha ou peixe em estado de decomposição. Um mesmo pescador utiliza várias cocas, podendo chegar a um número de cem, sendo estas alocadas na lagoa e retiradas após certo tempo para o recolhimento dos siris.<sup>32</sup>



## Pesca do aviãozinho

O aviãozinho é uma rede cilíndrica com a parte posterior em forma de funil, utilizada para a pesca do camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*). A pesca do camarão-rosa pelo aviãozinho é feita no período noturno, nas lagoas do Armazém e da Custódia. As redes são amarradas em estacas de bambu





fixadas na água em uma profundidade de até dois metros, sendo esta estrutura conhecida como andaina. O camarão-rosa é atraído para a rede através de armadilhas luminosas, feitas com lampião ou faroletes, uma vez que são fotossensíveis positivos e deslocam-se a favor da fonte de luz. As redes são montadas nas andainas em grupos de quatro com as entradas voltadas para o sentido sul e as partes finais das redes presas em uma única estaca, onde se coloca a fonte de luz para atração dos camarões. Durante o período de safra de camarões, quando a captura é maior, existe a necessidade de uma revisão das redes no meio da noite.<sup>32</sup>

## Espinhel

A pesca com o espinhel é realizada nas lagoas que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí. Existem dois tipos de espinhéis utilizados nesta região, um deles é constituído por uma linha principal, forte e comprida, onde nela são amarradas outras linhas secundárias mais curtas, em grande número, a intervalos regulares, onde cada uma termina em um anzol. Em cada extremidade é amarrada uma vara de bambu que é fixada na areia de modo a segurar o espinhel. O outro modo de trabalho com o espinhel consiste na utilização de varas de bambu onde uma linha com anzol é presa em cada uma das varas. Um grande número de varas é então fixado lado a lado na lagoa e retirados depois de um tempo.<sup>32</sup>





Pesca do Cabo

## Pesca de bote

A pesca do bote é feita principalmente nos meses de verão. O equipamento deste sistema técnico de captura é formado por um bote inflável, de casco rígido ou flexível, com tamanho variado entre 3,5 a 4,5 metros de comprimento e com um motor de popa para dar propulsão à embarcação. O bote se desloca mar adentro a uma distância que varia entre 1.000 e 4.000 metros, onde se colocam as redes de emalhar dentro do mar dependendo da espécie alvo que se quer capturar. São amarradas também redes de espera sobre parcéis, que são rochas submersas, ou em canais da entrada da corrente marítima.<sup>31</sup>





## Pesca do cabo

A pesca do cabo é uma técnica que existe apenas no litoral sul de Santa Catarina e no norte do Rio Grande do Sul e que utiliza a força das correntes marítimas para movimentar as redes. Constitui em uma estrutura formada por uma âncora, corda, boia e uma rede de espera. Coloca-se a âncora, chamada de poita, a uma distância de 200 a 300 metros dentro do mar. Na poita, amarra-se uma corda grossa de nylon, denominada de cabo, que é esticada até a praia e presa em um ponto fixo. Para a manutenção do cabo no nível da água é utilizada uma boia de marcação de tamanho grande alocada logo acima da poita. A rede de espera, do tipo de emalhar, é amarrada em uma parte do cabo e é solta para ser levada pela corrente marítima. As espécies pescadas são o papa-terra (*Menticirrhus* sp.), a tainha (*Mugil platanus*), a anchova (*Pomatomus saltador*) e a corvina (*Micropogonias furnieri*) que ocorrem nos meses de abril a dezembro. As redes são vistoriadas nas primeiras horas da manhã e no final da tarde.<sup>32</sup>



## Pesca da pandorga e rede de passeio

Dentre as técnicas da pesca do cabo existem formas alternativas de pescarias, como a pesca da pandorga ou a pesca com rede de passeio. A pesca da pandorga é realizada no inverno quando há ocorrência do vento forte do sul, chamado Minuano, e quando as correntes marítimas estão propícias para este fim. Essa técnica utiliza uma pandorga para levar o cabo, com uma rede de emalhar amarrada, até dentro do mar. A rede de passeio é uma rede que, ao invés de ser colocada no cabo, é levada a nado por um pescador, geralmente os membros mais jovens da família, até o primeiro canal. Esta técnica busca capturar principalmente o papa-terra e é utilizada quando não ocorrem correntes marítimas para acionar a rede do cabo.<sup>32</sup>





## TERNO DE REIS

O Terno de Reis apresenta registros em diversas localidades da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí. De origem açoriana, ligada à religião católica, é realizado no período natalino em muitas regiões do país. Segundo relatos dos moradores locais, antigamente o Terno era realizado num cortejo que seguia pelas casas, ao som de cantos e rezas.

Gradativamente deixou de ser praticado e, em algumas situações, ocorrem como uma apresentação em locais específicos como, por exemplo, na Linha Solidão, em Maquiné, e no litoral médio entre as comunidades quilombolas. O cortejo compõe-se de personagens que remetem ao nascimento de Jesus Cristo (os três reis Magos, Maria, José, o menino Jesus), conduzidos por músicos que tocam (violão, gaita, rabeca) e recitam versos, todos orquestrados por um Mestre. Este por sua vez, não é um personagem da encenação, sendo detentor de um saber transmitido e aprendido através das gerações.<sup>33</sup>





# MAÇAMBIQUE MORRO ALTO - ENSAIO DE PROMESSA



*Ieda Alves Cristina Ramos*

O ritual de Maçambique de Morro Alto é a principal atividade religiosa do Quilombo Morro Alto que celebra o culto em homenagem à Nossa Senhora do Rosário. O histórico do Maçambique tem, sobretudo, a razão de unir a comunidade por meio dos festejos, reforçando assim seus laços comunitários, sua herança comum negra e, principalmente, possibilitando a união dos quilombolas para discutir pontos em comum e estratégias de transformação nas condições de vida dos seus integrantes.

Buscando expressar valores tradicionais, desde os mais *visíveis* – cantos, danças, instrumentos ou vestimenta – até os mais subjetivos – devoção, força, união – esse ritual pode ser definido como um forte elemento na construção da identidade étnica da comunidade de Morro Alto, bem como possibilita sua inserção nos demais grupos das localidades próximas.



Duas são as maneiras de celebrar o ritual do Maçambique. A primeira, é a celebração de Nossa Senhora do Rosário, acompanhando as atividades do calendário católico de festejos à Nossa Senhora. E a segunda, é o pagamento de promessa por alguma graça obtida através de danças, onde os dançantes dançam em nome do pagante e este oferece uma festa com alimentos típicos, como doces e o feijão sopinha, nas comunidades quilombolas do Litoral Médio.

Atualmente, existem dois grupos de manifestação cultural e religiosa que utilizam a denominação Maçambique. Os dois grupos têm origem na prática religiosa tradicional do quilombo, mas optaram em seguir caminhos distintos por divergências internas. O Maçambique de Morro Alto e o Maçambique de Osório são grupos distintos, mas com a mesma origem familiar e religiosa. No Litoral Médio o Ensaio de Promessa integra as práticas culturais dessas comunidades. <sup>34 35 36</sup>







# FESTA DOS NAVEGANTES



A celebração em homenagem à Nossa Senhora dos Navegantes, para o catolicismo, ou lemanjá, para os cultos de matriz africana (tratando-se assim de uma manifestação sincrética), é realizada todos os anos em praticamente todos os municípios praianos que compõem a Bacia do Rio Tramandai. O ponto alto da celebração acontece no dia 2 de fevereiro, data em que a imagem da santa é conduzida pelas ruas ou nos barcos, seguida pelos devotos. Mais de 150 mil pessoas vão às ruas rezar para Nossa Senhora dos Navegantes ou fazer suas oferendas à lemanjá, ocorrendo bênçãos e procissões terrestres e fluviais.<sup>37</sup>





# RODEIOS

*Dêem rédea ao progresso  
Porque a tradição  
Não tem medo do tempo  
Se a honra perdura  
O Rio Grande está salvo  
Sairá do abandono...  
E o grito do Índio  
Ecoando no pago  
Dirá novamente:  
Esta terra tem dono!  
Esta terra tem dono!  
Esta terra tem dono!*

*Fragmento de  
TRÓPA AMARGA,  
Luiz Menezes*

O rodeio é o evento que atualiza a tradição gaúcha relacionada à criação de gado nos ecossistemas de campo. É uma festa típica onde se encontram homens e mulheres representantes de diferentes Centros de Tradição Gaúcha (CTG), que se reúnem em um CTG para realizar provas típicas nas atividades de montaria, provas de laço, gineteadas, pealo, chasque, cura de terneiro e provas de rédeas, nas quais são avaliadas as habilidades dos praticantes das provas e o desempenho do animal.

Nestas festas a comida típica é o churrasco. Também acontecem danças e músicas gauchescas, como a chula, chamamé, chamarra, milonga, chote, entre outras.

Estes eventos na Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí e entorno acontecem nas seguintes localidades: CTG Porteira do Sol, em Palmares do Sul; CTG Marco das Águas, em Balneário Pinhal; CTG Estância da Serra, em Osório; CTG Gaúcho Litorâneo e Potreiro Grande, em Tramandaí; CTG Querência do Imbé, em Imbé; CTG João Sobrinho, em Capão da Canoa; CTG Rincão de Estância, em Arroio do Sal; CTG Querência dos Anjos, em Dom Pedro de Alcântara; CTG Patrulha do Rio Grande, em Santo Antônio da Patrulha; CTG Rodeio Serrano em São Francisco de Paula. <sup>38 39 40</sup>





# CULTURA E ECOSSISTEMAS A “ACOMODAÇÃO” NO TERRITÓRIO

A partir da década de 1960 as cidades de Porto Alegre e Tramandaí passaram a crescer, oferecendo empregos aos jovens e adultos do território da Bacia, o que incentivou o êxodo rural. No espaço rural ficaram os mais velhos que continuaram a praticar a agricultura, o extrativismo, a criação de gado, a caça e a pesca, e a beneficiar seus produtos por meio de seus conhecimentos e sua cultura. Essa geração nascida no meio rural criou laços com os centros urbanos por meio de seus filhos.

Na década de 1970 começou a ser implementada a produção agrícola de forma mecanizada, sendo desenvolvido o plantio de pinus (*Pinus elliottii* e *Pinus taeda*) nos Campos de Cima da Serra, as verduras e legumes na região da várzea do Rio Maquiné e Três Forquilhas e a produção de arroz, nas lagoas. A pesca industrial também passou a ser desenvolvida. Todas essas atividades, impulsionadas pelo desenvolvimento da tecnologia, levaram à transformação dos ecossistemas e à perda de várias espécies.

**PARTE**

Em função desses impactos e devido à preocupação internacional, foram tomadas medidas para diminuir a degradação ambiental. Em 1965, foi criado o Código Florestal que estabeleceu as áreas de preservação permanente. Esta lei e a mecanização nas áreas de várzea incentivaram o êxodo rural, diminuindo a agricultura nas áreas de encosta. Por isso, a samambaia passou a crescer junto com a capoeira nesses locais, originando o ciclo da samambaia, que teve o seu auge na década de 1990.

Outra medida tomada na década de 1970, foi o estabelecimento das Unidades de Conservação (UCs) que foram implementadas efetivamente na década de 1990. Nesta década se acentuou a maior concentração de pessoas vivendo nos centros urbanos. Este fato aumentou o fluxo de turistas dos centros urbanos para a beira do mar e das lagoas, no verão, fazendo com que as cidades de Torres, Osório e Capão da Canoa também crescessem e as restingas, cedessem lugar para os balneários.

Após a Constituição de 1988, os indígenas, os quilombolas e, mais tarde, os pescadores, garantiram os seus direitos à manutenção de sua cultura e ao reconhecimento de seus territórios. Hoje, na região, os territórios

indígenas e quilombolas estão sendo demarcados. Desde 2006, com a implantação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, as Terras Indígenas e as Unidades de Conservação passaram a ser consideradas áreas protegidas, tendo como função comum a conservação da biodiversidade. Inclusive vários estudos têm demonstrado que muitas Terras Indígenas apresentam áreas em melhor estado de conservação do que as Unidades de Conservação!

Em função dos pescadores não viverem e trabalharem no mesmo local, seu território é mais facilmente ocupado. Entretanto, estão sendo desenvolvidas políticas de ordenamento territorial, buscando o protagonismo dos pescadores, que preveem o regramento para os diferentes usuários, incluindo os pescadores, veranistas, surfistas, pesca industrial e poluição.

Também é na década de 1990 que alguns filhos de famílias locais que haviam migrado para a cidade estão retornando ao meio rural, se reencontrando com modos de vida mais saudáveis e aprendendo com aqueles que conhecem a vida rural. Eles são chamados de neorurais.

Esta é a fase de acomodação no território!



# Territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí no início do século XXI



## TERRITÓRIOS URBANOS

- 1 Torres
- 2 Três Cachoeiras e Dom Pedro de Alcântara
- 3 Terra de Areia, Três Forquilhas, Itati
- 4 Capão da Canoa
- 5 Maquiné
- 6 Xangrilá
- 7 Osório
- 8 Tramandaí e Imbé
- 9 Cidreira
- 10 Balneário Pinhal



## TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

- 1 Boa Vista, Morro do Chapéu, Família Três Forquilhas, São Sebastião
- 2 Morro Alto
- 3 Costa da Lagoa
- 4 Limoeiro

## TERRITÓRIOS DA PESCA ARTESANAL

- 1 Santo Anjo
- 2 Barra dos Quirinos
- 3 Balneário dos Cornéios
- 4 Prainha
- 5 Barra João Pedro
- 6 Tramandaí, Imbé
- 7 Cidreira
- 8 Pinhal







### TERRITÓRIO GUARANI

- 1 Figueiras, Campo Bonito
- 2 Três Forquilhas, Terra do Padre, Morro do Chapéu
- 3 Cantagalo 2, Espraiado, Pinheiro, Gruta, Fagundes, Varzinha, Ytuí
- 4 Campo Molhado,
- 5 Sol Nascente, Imbé
- 6 Granja Vargas



### UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

- 1 Parque Estadual de Itapeva
- 2 Parque Natural Municipal de Tupancy
- 3 Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa
- 4 APA Rota do Sol
- 5 Estação Ecológica Estadual de Aratinga
- 6 Reserva Biológica Estadual da Serra Geral
- 7 APA do Morro de Osório e ARIE Osório



# TERRITÓRIOS GUARANI



Dilton de Castro

*Paulo Roberto Marques de Fernandes*

Os Mbyá- Guarani circulam e habitam a região da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, bem como da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, desde tempos imemorráveis, bem antes do processo de colonização. A Mata Atlântica é o seu mundo, o "Mundo Guarani". Nela vivem, crescem, casam e morrem. Nas aldeias, suas casas originais são feitas com materiais extraídos da natureza, xaxim, cipós e taquara.

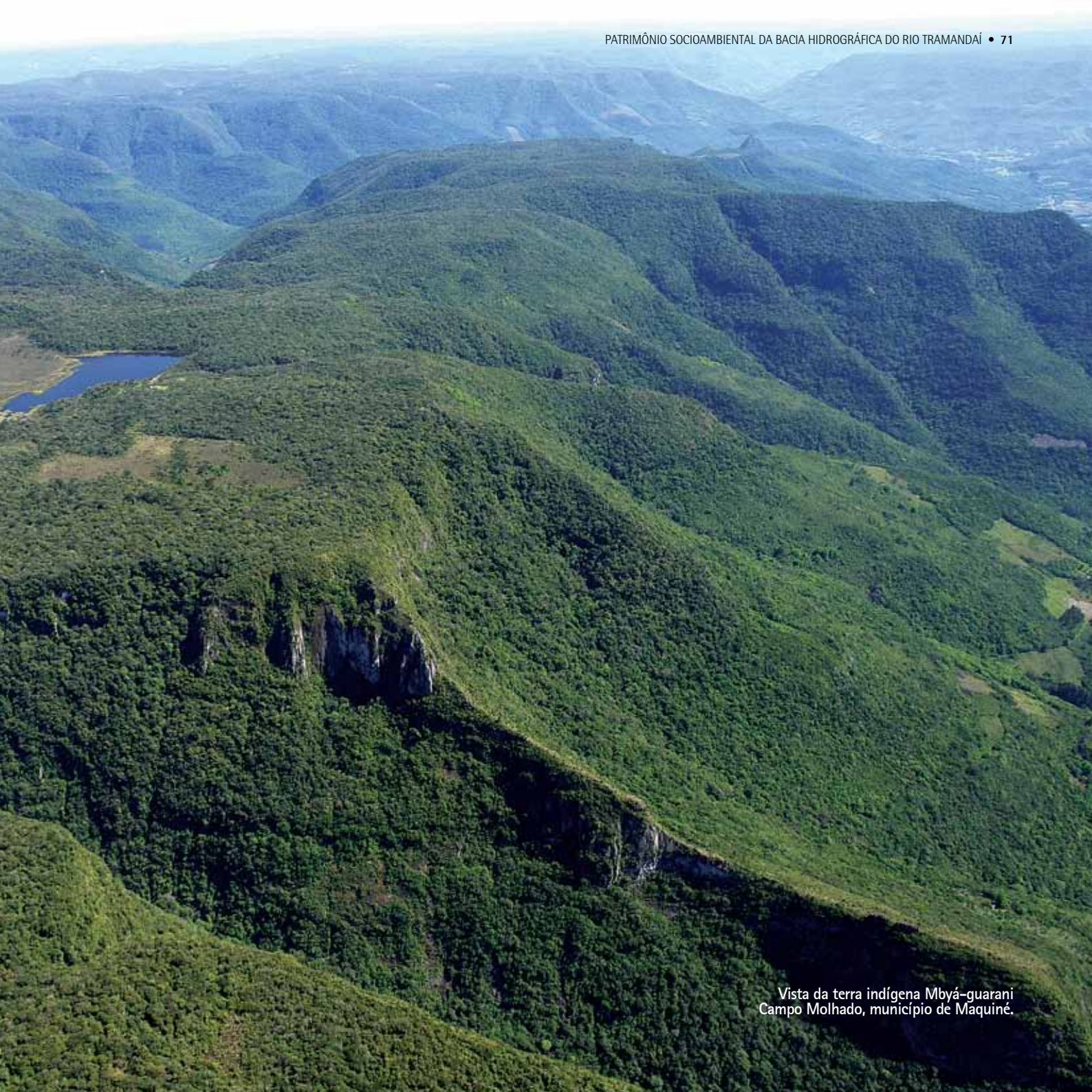
A Mata Atlântica é a grande presença no imenso Território MByá – Guarani. Este compreende áreas do Paraguai, Argentina, Uruguai, toda a região Sul do Brasil e partes de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. O grande território tem sua origem em Paranaguá, no Paraná, expandindo-se até o município de Aracruz, Aldeia Boa Esperança, Espírito Santo. As migrações se deram a partir do interior do continente para a direção Leste, visando alcançar o Oceano Atlântico, motivadas por questões mitocsmológicas.

É nesse Território Mbyá-Guarani que se dá a mobilidade tradicional dos indivíduos, com a finalidade de visita a parentes, procura de jovens solteiros por esposa, por informações e/ou novidades. É o processo de mobilidade que conecta as aldeias Guarani, conformando o atual território. Na Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, destacam-se as aldeias Granja Vargas (Palmares do Sul), Sol Nascente (Osório), Imbé (Imbé), Espriado (entre Osório e Maquiné), Varzinha (Maquiné/ Caraá), Campo Molhado (área dos municípios Maquiné/Caraã/Riozinho), Ytuí (Caraá), Pinheiro (Maquiné), Cantagalo 2 (Maquiné/Terra de Areia), Ytapoty (Riozinho), Gruta (Maquiné), Fagundes (Maquiné), Três Forquilhas (Terra de Areia), Terra do Padre (Terra de Areia), Morro do Chapéu (Terra de Areia), Campo Bonito (Torres) e Figueiras (Torres). A Barra do Ouro, em Maquiné, é um ponto de passagem importante.

Destas Terras Indígenas, somente Granja Vargas e Varzinha estão regularizadas. Campo Molhado está na categoria de homologada e as outras estão em estágios que vão de desabitadas a declaradas.<sup>41</sup>







Vista da terra indígena Mbyá-guarani  
Campo Molhado, município de Maquiné.



# TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS:



*Ieda Cristina Alves Ramos e Luciana Conceição Lemos da Silveira*

Ao longo da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí estão presentes sete comunidades quilombolas: Boa Vista (Terra de Areia), Família Três Forquilhas, Morro do Chapéu, São Sebastião (Três Forquilhas), Morro Alto (Osório/Maquiné), Costa da Lagoa (Capivari do Sul) e Limoeiro (Palmares do Sul). Elas se encontram em estágios diferenciados no processo de reconhecimento identitário, organização social, produtiva e regularização fundiária. Dessas, apenas as comunidades do Limoeiro e Morro Alto possuem procedimento

administrativo instaurado no INCRA/RS para regularização fundiária do território.

A partir de uma posição historicamente desfavorável, as comunidades quilombolas vêm lutando para se tornarem agentes de sua própria história e garantirem as terras que são suas por direito. Não querem qualquer terra, mas a terra na qual mantiveram alguma autonomia cultural, social e que, consequentemente, conforma uma autoestima, cria e informa o direito à terra.

O Quilombo do Limoeiro, localizado no distrito do Bacupari, município de Palmares do Sul, registra a presença de seus ancestrais desde o século XIX. Esse território quilombola tem sua origem em uma doação de terras para os ex-escravos, por herança de D. Francisca Cândida da Anunciação e do finado Francisco de Azevedo e Souza. A comunidade é composta por cerca de 90 núcleos familiares distribuídos entre as localidades denominadas Estrada da Cavalhada, Beco do Bacupari, Beco da Igreja e Beco do Rodeio num território em torno de 600 hectares. Como em outras comunidades quilombolas, as famílias do Quilombo Limoeiro sofreram com as intervenções do Estado brasileiro em nome do "progresso" e do desenvolvimento do país com a abertura de estradas e rodovias que cortaram seu território, mudando o traçado original, removendo moradias e lavouras/roças.



A região de Morro Alto fazia parte da antiga Fazenda Morro Alto, pertencente à Rosa Osório Marques que, por não ter herdeiros, doou metade de suas terras, em testamento, para vinte e quatro escravos. Nas terras de Morro Alto também passaram a viver africanos que foram expulsos de um navio negreiro alvo da fiscalização inglesa. Estes homens chegaram ao litoral a nado e não trabalharam efetivamente como escravos.

As 456 famílias identificadas como quilombolas de Morro Alto vivem na região de Morro Alto que compreende: o distrito de Aguapés e a localidade de Barranceira (Osório); o distrito de Morro Alto e a localidade de Espriado, Ribeirão, Faxinal e Prainha (Maquiné); além de famílias que vivem em Osório, Capão da Canoa e Porto Alegre, que por diversos motivos tiveram que se deslocar para esses lugares.

Em 2004, o Quilombo Morro Alto, por meio de sua Associação Comunitária Rosa Osório Marques, abriu processo administrativo no INCRA para a regularização fundiária do território. Esta área compreende cerca de 15.000 hectares e é reconhecida pelos moradores como sendo a herança deixada por Rosa Osório. Entretanto, para dar seqüência e celeridade ao processo, estão sendo demandados 4.500 hectares, abarcando o Morro Alto (o mais alto), o Morro da Vigília, o Morro das Crioulas, Pedra Branca e a Lagoa do Casamento. <sup>18 42 43 44</sup>



# TERRITÓRIOS DA PESCA ARTESANAL



*Loyvana Carolina Perucchi*

A pesca artesanal ocorre nas lagoas de Itapeva, Quadros, Malvas, Pinguela, Custódia, Fortaleza, Cidreira e no estuário e laguna de Tramandaí. Além disso, existem grupos de pescadores que utilizam a faixa marítima desde o município de Tavares até o município de Torres como território de pesca. Essa diversidade de ambientes compõe o que chamamos de território dos pescadores artesanais da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, onde são desenvolvidas atividades de pesca artesanal que garantem o sustento de diversas famílias desta região.

Diversas transformações socioambientais ocorreram neste território, e isso trouxe prejuízos à reprodução social e econômica destas comunidades pesqueiras.

Dentre as transformações estão: a expansão urbana nas zonas ciliares das lagoas e sobre os sistemas de dunas e banhados na faixa de beira de praia em todos os municípios que compõem o Litoral Norte; a expansão das lavouras de arroz irrigado sobre os campos úmidos e banhados; o uso de agrotóxicos; a atividade de mineração; poluição química e industrial e pesca predatória.

Atualmente, estas comunidades de pescadores artesanais vêm participando do Fórum de Pesca do Litoral Norte, onde, em conjunto com outros atores sociais, discutem demandas e possibilidades para uma gestão integrada e compartilhada dos recursos e territórios pesqueiros desta região.<sup>45 46</sup>

# UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



## NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TRAMANDAÍ

No território que compõe a Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí existem diversas Unidades de Conservação que têm por objetivo a conservação do patrimônio natural neste território. Caracterizam-se como áreas com cobertura vegetal de espécies predominantemente nativas que abrigam uma rica diversidade de espécies de fauna e flora, além de micro-habitats que garantem as interações ecológicas. As **Unidades de Conservação de proteção integral** da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí são a Estação Ecológica Estadual de Aratinga, a Reserva Biológica Estadual da Serra Geral, a Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa, o Parque Estadual de Itapeva e o Parque Natural Municipal Tupancy.

As **Unidades de Conservação de uso sustentável**, além da conservação da biodiversidade, têm o objetivo de estimular o uso sustentável de parte dos seus recursos naturais. Neste território encontram-se a Área de Proteção Ambiental de Itapeva, a Área de Proteção Ambiental Rota do Sol e a Área de Proteção Ambiental de Osório.

As Unidades de Conservação, através dos seus **Planos de Manejo**, estabelecem as regras de uso do seu território, bem como para o seu entorno. Inclusive, estimulam a promoção da geração de renda para as famílias que vivem no entorno por meio do extrativismo sustentável dos produtos da sociobiodiversidade como a samambaia-preta, os frutos da palmeira juçara, o pinhão, entre outros.



# RESTINGAS E OS PARQUES DE TUPANCY E ITAPEVA

A região costeira da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí apresenta uma diversidade de ambientes naturais que fomentam atividades socioeconômicas e culturais na região. Constitui-se por um conjunto de ambientes, muitos destes fragmentados, como arroios, lagoas interligadas e isoladas, banhados, campos e dunas, além de remanescentes florestais da Mata Atlântica e de estuários. Para a proteção destes ambientes existem mecanismos presentes na legislação ambiental brasileira em nível municipal, estadual e federal.

Os ambientes de restinga são todos aqueles com depósito arenoso litorâneo que abrigam um conjunto de fauna e flora característico da região. São considerados ambientes de restinga, dunas, campos, matas litorâneas e banhados. Nos ambientes costeiros da Bacia, as restingas são de extrema importância, pois abrigam rica diversidade de flora e fauna endêmicas da região. Através das décadas estes ambientes foram sendo extintos devido ao processo de urbanização. Atualmente, apenas uma pequena parcela do território costeiro da Bacia é composta pelas restingas.

Para a proteção efetiva dos ambientes de formação de restinga que ainda restam, surgiu a necessidade da criação de Unidades de Conservação, com o objetivo de promover sua manutenção e uma educação social para a importância da conservação ambiental local. Dentre estas UCs, destacam-se o Parque Natural Municipal Tupancy e o Parque Estadual de Itapeva.<sup>47</sup>

## PARQUE NATURAL MUNICIPAL TUPANCY

O Parque Tupancy situa-se na área urbana do município de Arroio do Sal e abriga, numa área de 21 hectares, grande diversidade biológica. O Parque apresenta grande diversidade de espécies da flora, com exemplares de cactos, capororocas, caúnas, vassouras, araçaceiros, aroeiras, bromélias, entre outras. Em ambientes aquáticos destacam-se juncos, aguapés e repolho d'água. E na mata de restinga encontram-se exemplares da coronilha.





Fotos: Dilton de Castro

A fauna do Parque está representada pelos: a) mamíferos: capivara, rato-do-banhado, gambá e lebre, b) herpetofauna: jabuti e cobras; c) aves: marreca-piadeira, galinhola, jaçanã, garça, biguá, socó, cambacica, corruíra, suiriri, martin-pescador, cardeal-do-banhado e o cisne-do-pescoço-preto que, com regularidade, se reproduz nesta área. Um diferencial deste Parque é a presença de um criadouro conservacionista, cuja espécie principal é a capivara, propiciando a visualização da fauna silvestre.<sup>48</sup>





# PARQUE ESTADUAL DE ITAPEVA

*Bianca Espíndola de Abrão*

O Parque Estadual de Itapeva (Peva) está localizado no município de Torres, ocupa uma área de 1.000 hectares e conserva um dos últimos remanescente de Mata Atlântica de restinga do litoral norte do Rio Grande do Sul. Ele abrange paisagens típicas da região como: grandes dunas móveis e dunas fixadas com vegetação de restinga, campos alagados e secos, turfeiras, matas de restinga, banhados, arroios e vassourais. Na flora, são encontradas grandes figueiras, palmiteiros, uma grande variedade de orquídeas, bromélias, plantas carnívoras, butiazais e o buriti. A fauna apresenta também grande diversidade, destacando-se algumas espécies de aves, como a rendeira e o acauã, mamíferos, como o mico-prego, o tamanduá-mirim e várias espécies de cuícas.

A área ainda abriga diversas espécies presentes na Lista das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção no Rio Grande do Sul, como o macuquinho, pequeno pássaro que vive oculto em locais com

vegetação baixa e densa, o sapinho-de-barriga-vermelha e a lagartixa-das-dunas. Também podem ser encontrados, dentro do Parque, sítios arqueológicos, com vestígios da ocupação pretérita pelos povos indígenas, pelas populações sambaquianas e imigrantes europeus.<sup>49</sup>

Nesta região ressalta-se a atuação do projeto "Microcorredores Ecológicos de Itapeva", desenvolvido pela ONG Instituto Curicaca e o Centro de Ecologia da UFRGS, que propôs as conexões dos remanescentes de ambientes naturais do Peva com os da área de entorno.<sup>50</sup>



Coruja Buraqueira, cujos ninhos são feitos nas dunas das praias do litoral norte gaúcho



# AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA ENCOSTA E DO PLANALTO



## RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL MATA PALUDOSA

A Rebio Mata Paludosa localiza-se no município de Itati e possui 260 hectares, entre as altitudes de 4 a 200 metros. Caracteriza-se por uma área de Mata Atlântica com transição entre encostas e baixadas e trechos de Mata Paludosa. Nesta reserva vivem espécies ameaçadas como a palmeira-juçara, a gamiova, a guaricana e outras espécies endêmicas da região. Ela foi implementada como compensação da construção da rodovia RST 486 (Rota do Sol).<sup>51</sup>

## ESTAÇÃO ECOLÓGICA ESTADUAL DE ARATINGA

A Estação Ecológica de Aratinga situa-se entre os municípios de São Francisco de Paula (59%) e Itati (41%). Conserva uma área de 6.036 hectares, entre as altitudes de 163 a 916 metros de Mata Atlântica, que inclui os ecossistemas Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista com presença de araucárias e campos caracterizados como savana gramíneo-lenhosa. Ela foi implementada como compensação da construção da rodovia RST 486 (Rota do Sol).<sup>52</sup>



Floresta Ombrófila Densa submontana em estágio médio de sucessão com alta densidade de palmeira-juçara (*Euterpe edulis*), na Reserva Biológica da Mata Paludosa



An aerial photograph of the Serra Geral mountain range, showing deep valleys and forested peaks. The terrain is rugged, with prominent ridges and deep, shadowed valleys. The vegetation is dense and green, covering most of the slopes. In the distance, the range continues towards a hazy horizon. The lighting suggests a late afternoon or early morning setting, with long shadows and a warm, golden light.

Dilton de Castro

Reserva Biológica da Serra Geral

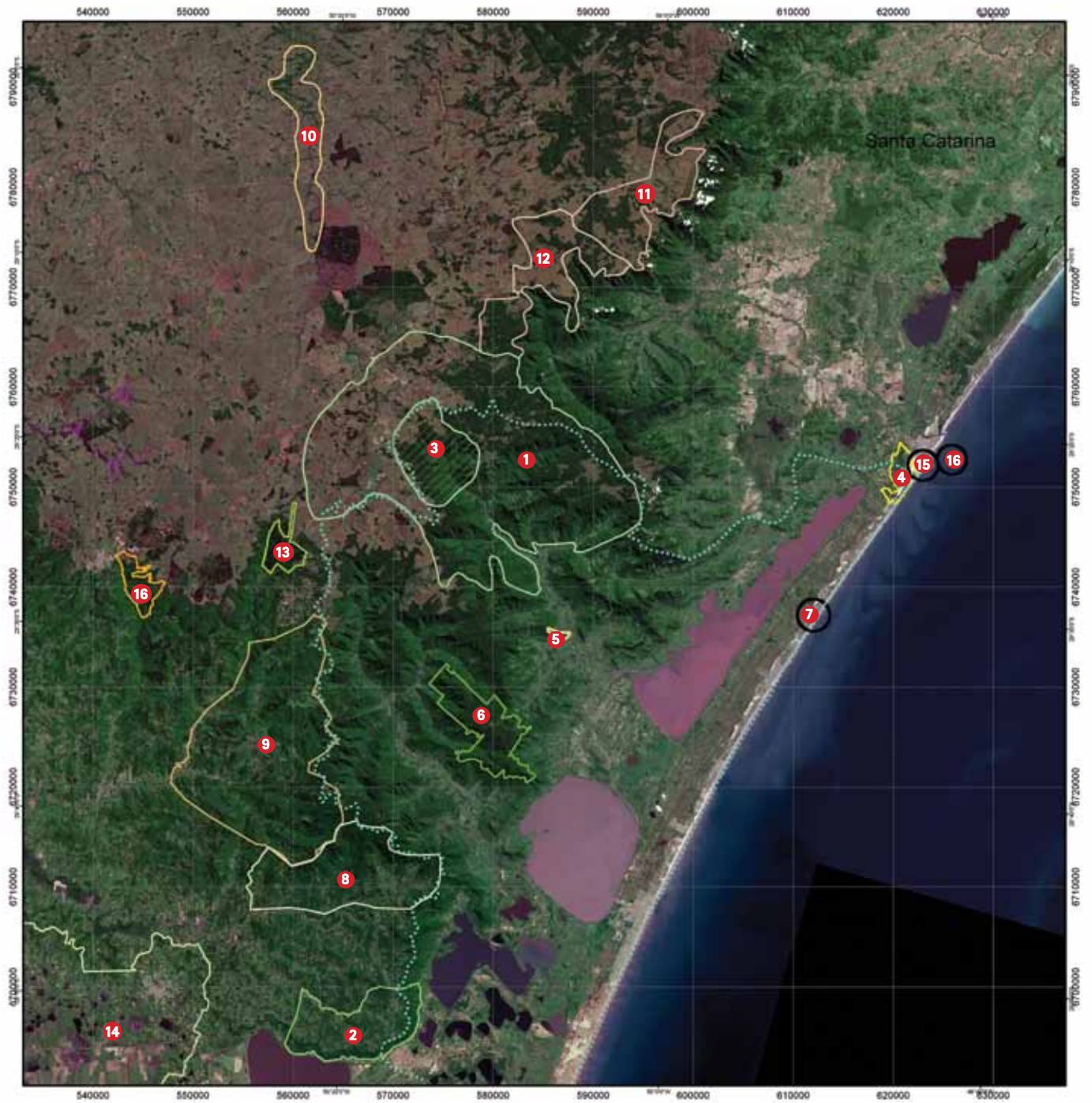




## RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DA SERRA GERAL

Situa-se nos municípios de Maquiné (82%), Terra de Areia (12%) e Itati (6%). Abrange uma área de 4.846 hectares, entre as altitudes de 200 a 980 metros, se caracterizando como uma das áreas de maior extensão e integridade biológica da Floresta Ombrófila Densa no seu extremo sul. Tem como objetivo proteger as nascentes do Rio Maquiné, mais especificamente dos arroios Solidão, Encantado, Ligeiro, Carvão e Forqueta, e do Rio Três Forquilhas, por meio dos arroios Sanga Funda e Três Pinheiros. Apresenta muitas espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção.<sup>53 54</sup>












# UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TRAMANDAÍ E BACIAS ADJACENTES <sup>55</sup>













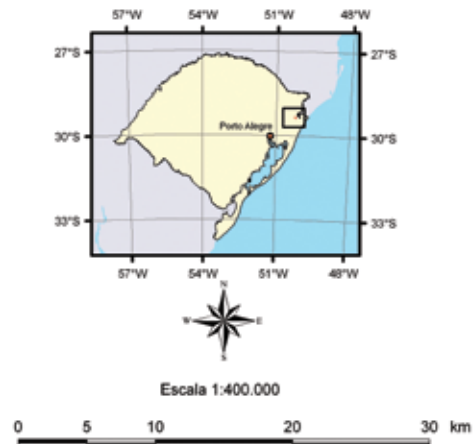
 Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí

## Unidades de Conservação na Bacia do Rio Tramandaí

-  1 - Área de Proteção Ambiental da Rota do Sol
-  2 - Área de Proteção Ambiental de Osório
-  3 - Estação Ecológica Estadual Aratinga
-  4 - Parque Estadual de Itapeva
-  5 - Reserva Biológica Est. Mata Paludosa
-  6 - Reserva Biológica da Serra Geral
-  7 - Parque Natural Municipal Tupancy

## Unidades de Conservação em Bacias Adjacentes

-  8 - Área de Proteção Ambiental de Caraá
-  9 - Área de Proteção Ambiental de Riozinho
-  10 - Parque Estadual do Tainhas
-  11 - Parque Nacional da Serra Geral
-  12 - Parque Nacional de Aparados da Serra
-  13 - Floresta Nacional de São Francisco de Paula
-  14 - Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande
-  15 - Parque da Guarita
-  16 - Reserva Ecológica da Ilha dos Lobos
-  17 - Parque Natural Municipal da Ronda



Escala 1:400.000

0 5 10 20 30 km

Projeção Universal Transversa de Mercator

DATUM HORIZONTAL: SAD 69 (BRASIL/IBGE)

Acrésidas as constantes: 10.000 km e 500 km respectivamente.

Fuso 22S

Fonte:

- Departamento de Geografia - Instituto de Geociências - UFRGS

- Imagem: SPOT5 de agosto de 2002

Elaborado pelo Laboratório de Geoprocessamento do Museu de Ciências Naturais



# AS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) E OS CORREDORES ECOLÓGICOS: **APA ROTA DO SOL E APA DO MORRO DE OSÓRIO**

A APA Rota do Sol abrange uma área de 54.670,5 hectares, entre as altitudes de 4 a 900 metros, nos municípios de Itati (20%), Três Forquilhas (21%), São Francisco de Paula (48%), dentro da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, e Cambará do Sul (11%). Tem como objetivos proteger as nascentes do Rio Três Forquilhas na Bacia, recuperar as florestas, conservar as áreas de campos, a fauna silvestre e todo o conjunto paisagístico e cultura regional.

APA Rota do Sol

Apresenta 71% de sua área bem conservada que atua também como zona de amortecimento para a Estação Ecológica Estadual Aratinga. Dentre os objetivos de sua gestão está a orientação de pesquisas para estabelecer as formas de manejo dos recursos naturais e uso da terra que integre a conservação com a produção.<sup>56</sup>

A APA do Morro de Osório, uma unidade de conservação municipal, abrange uma área de 6.900 hectares, entre as altitudes de 50 a 398 metros, no município de Osório. É território de espécies de: a) mamíferos, como o tatu, ouriço, jaguatirica, tamanduá-mirim, b) aves, como o tucano-do-bico-verde, anu-preto, pomba-amargosa, e c) anfíbios, como a rã-de-río. Esta área representa o limite sul Floresta Ombrófila Densa no Brasil.<sup>57</sup>



A gestão das APA enfrenta o desafio de integrar a conservação da biodiversidade com a convivência de moradores no seu interior. Elas representam grandes extensões que abrangem diferentes ambientes – como arroios, lagoas interligadas e isoladas, banhados (localizados entre as lagoas), campos e dunas (localizados entre o mar e as lagoas), além de remanescentes florestais e de estuários, no caso da Bacia –, unidades de conservação, terras indígenas, territórios quilombolas, propriedades privadas e mesmo cidades. Sua grande função é estabelecer os corredores ecológicos que conectam as áreas bem conservadas, permitindo a circulação de espécies da fauna, a dispersão de espécies da flora, a recolonização de áreas degradadas, o fluxo gênico e a viabilidade de populações que demandam amplos

territórios para sobreviver. O **Corredor Ecológico** é um instrumento de gestão e ordenamento territorial, definido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei 9.985, de 18 de julho de 2000).<sup>58</sup>

Nos Planos de Manejo das Unidades de Conservação foram sugeridos os corredores ecológicos da Reserva Biológica da Serra Geral e do PE Itapeva, os quais interligam os diversos ecossistemas da região da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí entre si e com Santa Catarina.

Um dos Corredores Ecológicos situa-se no Centro de Pesquisas e Conservação da Natureza Pró-Mata (PUCRS), destacado no primeiro plano da foto.



# *Paisagens da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí no início do século XXI*



Fonte: PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA  
DO RIO TRAMANDAÍ, 2005. <sup>59</sup>

## LEGENDA



Área urbana



Sede municipal



Estradas



Áreas de morros na sua maioria cobertas com matas



Áreas planas na sua maioria cobertas com campos secos e úmidos



Dunas



Arroz irrigado



Captação para abastecimento público



Plantação de bananeiras



Hortaliças irrigadas



Lançamento de esgotos



Criação animal extensiva distribuída por toda a Bacia



Proteção da vida aquática



Pesca de peixe



Pesca de camarão



Reflorestamento (pinus e eucalipto)





# REFERÊNCIAS

- <sup>1</sup> SCHMITT, A. **Estudos rio-grandenses**. 3. ed. Porto Alegre: Sagra, 1980.
- <sup>2</sup> GEHLEN, I.; SILVA, S.B.; SANTOS, S.R. Coletivos indígenas em Porto Alegre e regiões limítrofes. In: GEHLEN, I.; SILVA, M.B.; SANTOS, S.R (Org). **Diversidade e proteção social**: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre. Porto Alegre: Century, 2008.
- <sup>3</sup> RIO GRANDE DO SUL. **Coletivos guarani no Rio Grande do Sul**: territorialidade, interetnicidade, sobreposições e direitos específicos. Porto Alegre: ALRS/CCDH, 2010.
- <sup>4</sup> SPIERING, P.O.R.; MONTICELLI, G. **Populações litorâneas na pré- história e os Sambaquis**. 2010. Disponível em: <http://guaiba.ulbra.tche.br/pesquisa/2010/artigos/historia/salao/715.pdf> Acesso em: 30 ago. 2012.
- <sup>5</sup> HOJE NA HISTÓRIA: 1549-chegada dos primeiros jesuítas ao Brasil. 2007. Disponível em: <<http://portaltendencia.com.br/novoportal/modules/news/article.php?storyid=92>>. Acesso em: 14 ago. 2012.
- <sup>6</sup> ESPÍRITO SANTO, M.F. **Açorianos no Sul do Brasil**: da prata do Potosi ao Ouro das Gerais. In: BARROSO, V.L.M. **A presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha**. Porto Alegre: EST, 1997.
- <sup>7</sup> JACHEMET, C. **Povoamento açoriano no Rio Grande do Sul**. 2012. Disponível em: <<http://www.rotaacoriana.com.br/blog.php?blog=375&ti=33&tc=0>>. Acesso em: 05 ago. 2012.
- <sup>8</sup> NEVES, G.R.; Martins, L.B.; RADTKE, M.P. **Mapa dos itinerários de Saint-Hilaire**: viagem ao Rio Grande do Sul. 2010. Disponível em: < <http://hid0141.blogspot.com.br/2010/08/mapa-dos-itinerarios-de-saint-hilaire.html>>. Acesso em: 30 set. 2012.
- <sup>9</sup> MÜLLER, E.E. Afro-descendentes da colônia alemã protestante de Três Forquilhas. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 41, n. 2, p. 75-85, 2001.
- <sup>10</sup> TRINDADE, J.B. **Tropeiros**. São Paulo: Editoração, Publicações e Comunicações, 1992.
- <sup>11</sup> ELY, N.H, BARROSO, V.L.M. **Raízes de Terra de Areia**. Porto Alegre: EST, 1999.
- <sup>12</sup> WEIMER, G. A arquitetura da imigração germânica no Litoral Nordeste rio-grandense. In: ELY, N.H.; BARROSO, V.L.M. **Raízes de Terra de Areia**. Porto Alegre: EST, 1999.
- <sup>13</sup> ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.
- <sup>14</sup> AGUIAR, M.D.S. Os primórdios da formação socioespacial do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, n.32, 2007.
- <sup>15</sup> TRESPACH, R. Alemães em Maquiné, Rio Grande do Sul. In: FEIJÓ, M.; MONTANO, E.; SANTOS, M.S. (Org.). **Antologia II**: AELN. Porto Alegre: Pragmatha, 2010.
- <sup>16</sup> RICHTER, M. *et al.* **Conservação da biodiversidade & desenvolvimento sustentável de São Francisco de Paula**: um plano de ação preliminar. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- <sup>17</sup> BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Comunidades quilombolas**. 2012. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/portal/aegre/programas/lt\\_Comunidades\\_Quilombol](http://www.mda.gov.br/portal/aegre/programas/lt_Comunidades_Quilombol)>. Acesso em: 16 maio 2012.
- <sup>18</sup> RAMOS, I.C.A. As incertezas na regularização do território do quilombo de Morro Alto, Rio Grande do Sul. **Jornal Nação Z**, Porto Alegre, ano 1, n.1, mar. 2012.

- <sup>18</sup> RUBERT, R.A. **Comunidades negras rurais do RS: um levantamento sócio-antropológico preliminar**. Porto Alegre: RS-RURAL: Brasília: IICA, 2005.
- <sup>20</sup> CASAGRANDE, A. **Dinâmicas ambientais e produção de conhecimento intergeracional nas comunidades da Lagoa Bacupari e de remanescentes de quilombo da Casca no Litoral do Rio Grande do Sul**. 2012. Dissertação – (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- <sup>21</sup> DIEGUES, A.C.S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.
- <sup>22</sup> WIVES, D.G. **Funcionamento e performance dos sistemas de produção da banana na Microrregião do Litoral Norte do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- <sup>23</sup> FLECK, E.E. **Potencialidades e limitações do estabelecimento de agroflorestas na área de proteção ambiental Rota do Sol, Rio Grande do Sul**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Planejamento e Gestão em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- <sup>24</sup> COELHO-DE-SOUZA, G. **Extrativismo em área de reserva da biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul: um estudo etnobiológico em Maquiné**. 2003. Tese (Doutorado em Botânica) - Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- <sup>25</sup> KRONER, E.E. **Identidade e cultura nos campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul: práticas, saberes e modos de vida de pecuaristas familiares produtores do queijo serrano**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- <sup>26</sup> AMBROSINI, L.B. **Sistema agroalimentar do queijo serrano: estratégia de reprodução social dos pecuaristas familiares dos Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- <sup>27</sup> CRUZ, F.T. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- <sup>28</sup> RAMOS, M. **Muito prazer, Maquiné! O lugar e um pouco de seu cotidiano**. In: CASTRO, D. (Org). **História natural e cultural de Maquiné**. Porto Alegre: Via Sapiens, 2009.
- <sup>29</sup> NÚCLEO DE ESTUDOS EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E MATA ATLÂNTICA - DESMA. **Uso de plantas aquáticas e cipós para confecção de artesanatos Litoral Norte do Rio Grande do Sul**. [201?]. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/desma/CARTILHA%20FIBRAS%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2012.
- <sup>30</sup> INSTITUTO CURICACA. **Programa de conservação e uso dos butiazais na região de Itapeva, RS**. [200?]. Disponível em: <[http://ong.portoweb.com.br/curicaca/default.php?p\\_secao=106](http://ong.portoweb.com.br/curicaca/default.php?p_secao=106)>. Acesso em: 03 maio 2012.
- <sup>31</sup> COTRIM, D., KOLLET, M., DIETZ, D. **Agroecologia e pesca artesanal: ampliação da cidadania através do artesanato em escama de peixe**. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v.2, n.2, 2007.
- <sup>32</sup> COTRIM, D. **Agroecologia, sustentabilidade e os pescadores artesanais: o caso de Tramandaí, Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- <sup>33</sup> RS VIRTUAL. **Ternos de Reis, um Natal diferente no Interior do Estado**. 2007. Disponível em: [http://www.riogrande.com.br/rio\\_grande\\_do\\_sul\\_ternos\\_de\\_reis\\_um\\_natal\\_diferente\\_no\\_interior\\_do\\_estado-o137080.html](http://www.riogrande.com.br/rio_grande_do_sul_ternos_de_reis_um_natal_diferente_no_interior_do_estado-o137080.html). Acesso em: 23 abr. 2012.



- <sup>34</sup> BARCELLOS, D.M.; CHAGAS, M.F.; MÜLLER, C.B. Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2004.
- <sup>35</sup> FERNANDES, M.B. Ritual do Maçambique: religiosidade e atualização da identidade étnica na comunidade negra de Morro Alto, Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- <sup>36</sup> BITTENCOURT JUNIOR, I.C. **Maçambique de Osório entre a devoção e o espetáculo**: nada se cala na batida do tambor e da maçaquaia. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- <sup>37</sup> DIOCESE DE OSÓRIO. **Festa de Navegantes**. 2012. Disponível em: <[http://www.diocesedeosorio.org/index.php?id=noticias&source=14&tid\\_not=84](http://www.diocesedeosorio.org/index.php?id=noticias&source=14&tid_not=84)>. Acesso em: 10 abr. 2012.
- <sup>38</sup> FLORES, M. **História do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.
- <sup>39</sup> OLIVEIRA, S.F. **Aurorescer das sesmarias serranas**: história e genealogia. Porto Alegre: Edições Est, 1996.
- <sup>40</sup> PÁGINA do Gaúcho. Disponível em: <<http://www.paginadogaicho.com.br/ctg/lista.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2012.
- <sup>41</sup> **Mapa**: Aldeias Guarani – Distribuição Espacial no RS. Período de referência início do século XXI. In: PORTO ALEGRE, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Coletivos Guarani no Rio Grande do Sul, Brasil: territorialidade, interetnicidade, sobreposições e direitos específicos. Porto Alegre: ALRS/CCDH, 2010.
- <sup>42</sup> BITTENCOURT JÚNIOR, I. C.; KUNIOCHI, M.; SOARES, P.R. **Relatório sócio, histórico e antropológico da Comunidade Quilombola Limoeiro, Palmares do Sul, Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS/INCRA, 2009. Manuscrito.
- <sup>43</sup> GEHLEN, I.; DICKEL, I.K.; FONTOURA, M.C. **Levantamento socioeconômico e cadastramento da comunidade de Morro Alto – Maquine/Osório, Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS/INCRA, 2006.
- <sup>44</sup> SILVEIRA, L.C.L.; SPOLLE, M.V. **Levantamento socioeconômico e cadastramento da comunidade de Limoeiro – Palmares do Sul – RS**. Porto Alegre: UFRGS/INCRA, 2009. mimeo.
- <sup>45</sup> COELHO-DE-SOUZA, G. *et al.* Contribuição da etnoecologia para o desenvolvimento de um sistema de gestão colaborativo dos recursos naturais por comunidades ribeirinhas da Planície Costeira do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Guarapari, v.2, n.2, 2007.
- <sup>46</sup> PERUCCHI, L.C.; KUBO,R.R; COELHO-DE-SOUZA, G. Articulação e encaminhamento das questões da pesca artesanal: uma análise do Fórum da Pesca do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, v.12, n.4, 2012.
- <sup>47</sup> WAECHTER, J.L. Comunidades vegetais das restingas do Rio Grande do Sul. In: SIMPÓSIO DE ECOSSISTEMAS DA COSTA SUL E SUDESTE BRASILEIRA, 2., 1990, Águas de Lindóia, 1990. **Anais...** Águas de Lindóia: Academia de Ciências do Estado de São Paulo, 1990.
- <sup>48</sup> ARROIO DO SAL. Prefeitura Municipal. **Parque Natural Municipal Tupancy**: a vida silvestre no Meio Urbano de Arroio do Sal. Folder de divulgação, sem data.
- <sup>49</sup> INSTITUTO CURICACA. **Parque Estadual de Itapeva**. 2012. Disponível em: <[http://ong.portoweb.com.br/curicaca/default.php?reg=4&tp\\_secao=28](http://ong.portoweb.com.br/curicaca/default.php?reg=4&tp_secao=28)>. Acesso em: 10 maio 2012.
- <sup>50</sup> KROB, A.; KINDEL, A.; BOHRER, P. **Microcorredores ecológicos de Itapeva**. Porto Alegre: Instituto Curicaca, 2010.
- <sup>51</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente **Portaria SEMA Nº 05, 18 de janeiro de 2010**. Cria o Conselho Consultivo

- da Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa e dá outras providências. 2010. Disponível em: < [http://www.sema.rs.gov.br/upload/Portaria%20SEMA%20n%C2%BA%20%205\\_2010\\_Cria%20Conselho%20Consultivo%20da%20Reserva%20Bio%20Mata%20Paludosa.pdf](http://www.sema.rs.gov.br/upload/Portaria%20SEMA%20n%C2%BA%20%205_2010_Cria%20Conselho%20Consultivo%20da%20Reserva%20Bio%20Mata%20Paludosa.pdf) >. Acesso em: 25 jun. 2012.
- <sup>52</sup> PLANO de manejo da Estação Ecológica Estadual de Aratinga. 2008. Disponível em: <[http://www.sema.rs.gov.br/upload/Plano\\_manejo\\_EEEAratinga.pdf](http://www.sema.rs.gov.br/upload/Plano_manejo_EEEAratinga.pdf) >. Acesso em: 25 jun. 2012.
- <sup>53</sup> RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DA SERRA GERAL. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/>. Acesso em: 25 jun. 2012.
- <sup>54</sup> CASTRO, D.; MELLO, R.S.P.; KAEMMERER, N.C. **Paisagens de Maquiné**: um ensaio fotográfico da nascente à foz. Porto Alegre: Catarse, 2012.
- <sup>55</sup> **Mapa de Unidades de Conservação da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí e Bacias adjacentes**. Laboratório de Geoprocessamento do Museu de Ciências Naturais. Fundação Zoobotânica - RS. 2002.
- <sup>56</sup> GESTÃO PARTICIPATIVA. **APA Rota do Sol**. 2012. Disponível em: <[http://www.gestaoparticipativa.org/?page\\_id=483](http://www.gestaoparticipativa.org/?page_id=483)>. Acesso em: 25 jun. 2012.
- <sup>57</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente. **Mata Atlântica Sul**: Projeto Conservação da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul: Projeto Conservação da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, PCMARS/2004-2009. Porto Alegre: SEMA, 2009.
- <sup>58</sup> INSTITUTO CHICO MENDES. **Mosaicos e corredores ecológicos**. [201?]. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/mosaicos-e-corredores-ecologicos.html>>. Acesso em: 25 jul. 2012.
- <sup>59</sup> PLANO da bacia hidrográfica do rio Tramandaí. Comitê de gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí. Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA). Departamento de Recursos Hídricos (DRH). Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM). Rio Grande do Sul, 2005.



Tiragem desta edição:  
1.500 exemplares



Patrocínio:



Realização:



Apoio:



Parcerias:



11ª Coordenadoria  
Regional de Educação - Osório

Sindicato Trabalhadores  
Rurais de Maquiné